

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NIKOLAS ALARCÃO DOS ANJOS

**UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL
DIANTE DOS TRÊS GRANDES PARCEIROS ESTRATÉGICOS: EUA, CHINA E
ARGENTINA, SOB A ÓTICA DAS VOTAÇÕES NA AGNU, ENTRE 1997 A 2014**

UBERLÂNDIA

2020

NIKOLAS ALARCÃO DOS ANJOS

**UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL
DIANTE DOS TRÊS GRANDES PARCEIROS ESTRATÉGICOS: EUA, CHINA E
ARGENTINA, SOB A ÓTICA DAS VOTAÇÕES NA AGNU, ENTRE 1997 A 2014**

Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais

Linha de Pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A599 Anjos, Nikolas Alarcão do, 1987-
2020 UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS RELAÇÕES BILATERAIS DO
BRASIL DIANTE DOS TRÊS GRANDES PARCEIROS ESTRATÉGICOS:
EUA, CHINA E ARGENTINA, SOB A ÓTICA DAS VOTAÇÕES NA
AGNU, ENTRE 1997 A 2014 [recurso eletrônico] / Nikolas
Alarcão do Anjos. - 2020.

Orientador: Haroldo Ramanzini Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.602>
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. I. Ramanzini Júnior,
Haroldo, 1985-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais.
III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 49, PPGRI				
Data:	17 de agosto de 2020	Hora de início:	15:30	Hora de encerramento:	17:40
Matrícula do Discente:	11812RIT015				
Nome do Discente:	Nikolas Alarcão dos Anjos				
Título do Trabalho:	Uma análise quantitativa da evolução das relações bilaterais do Brasil diante dos três maiores parceiros comerciais: EUA, CHINA e Argentina, sob a ótica das votações na AGNU (Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas), entre 1997 e 2014.				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Política Externa e Instituições Internacionais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Inserção regional e suas consequências para a política externa: uma análise do Brasil e Índia.				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Pedro Felio Ribeiro - USP; Marcelo Castro - UFU; Haroldo Ramanzini Júnior - UFU; orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Haroldo Ramanzini Júnior - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Ramanzini Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/08/2020, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Araujo Castro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/08/2020, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Feliu Ribeiro, Usuário Externo**, em 19/08/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2198694** e o código CRC **D239C52A**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus em primeiro lugar, sem a providência Dele nada disso seria possível. Segundo, agradeço à Nossa Senhora por ter ouvido as orações de minha mãe e por sempre cuidar daquilo que foge do meu alcance.

Agradeço imensamente ao meu orientador por todas as orientações, mas também por todo apoio, paciência, compreensão e empatia, especialmente por saber sobre a questão do tempo de pesquisa ter sido dividido com outras atividades profissionais. Muito obrigado, prof. Haroldo.

Agradeço à minha mãe por todas as orações e por toda atenção e todo apoio desde a minha entrada no processo seletivo até a conclusão deste trabalho.

Agradeço também ao meu pai por todo incentivo para a conclusão deste mestrado, bem como pelo fornecimento do software e bibliografia do STATA.

Agradeço a minha esposa querida por toda a paciência durante o mestrado, além de todo apoio, suporte, carinho e empatia, em especial nessa reta final de escrita e entrega da dissertação.

Agradeço ao secretário da pós-graduação, Vinícius, pela paciência e pelo pronto atendimento ao longo desses anos de estudo do mestrado.

Agradeço também aos colegas de classe e aos professores do mestrado, pela acolhida do estranho engenheiro na turma, mas também pelo apoio, carinho e empatia durante todo o curso.

Agradeço aos membros desta banca examinadora, prof. Dr. Pedro Feliú e prof. Dr. Marcelo Castro, os quais fizeram parte da minha banca de qualificação e contribuíram muito com comentários valiosos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à Thainá pela valiosa ajuda com a revisão das normas ABNT.

Agradeço, por fim, ao meu irmão, as minhas avós, a todos familiares, parentes, amigos, enfim, a todos que, de alguma forma, fizeram parte da construção deste trabalho. Ah, e não posso esquecer de mencionar a cadelinha da família, nossa saudosa Saissa Salsicha, que me acompanhou por muitos momentos no desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Neste trabalho buscou-se determinar fatores que impactam nas decisões de política externa brasileira, a partir do grau de convergência nas votações da Assembleia Geral da ONU, tomando como referência as relações bilaterais do Brasil com três grandes parceiros estratégicos: Argentina, China e Estados Unidos. Para isso utilizou-se da análise quantitativa, trabalhando com o modelo tobit como teste principal, mas também com as regressões múltiplas e as avaliações gráficas como apoio para a validação das conclusões. Vale destacar que, para a análise empírica acima, empregou-se como variável dependente: o índice de convergência nas votações da AGNU entre Brasília e cada aliado, e como variáveis explicativas ou independentes, utilizou-se as exportações, as importações, os investimentos externos diretos recebidos pelo Estado brasileiro e a diferença de poder entre os parceiros, denominada como *power gap*. Verificou-se também, em uma avaliação gráfica no final, se a utilização de uma variável explicativa do tipo ideologia partidária teria alguma relevância em uma maior ou menor concordância, entre os países estudados, durante as votações na AGNU. Os resultados foram bem interessantes, pois pôde-se notar que as variáveis neoliberais, no caso as relacionadas ao fluxo comercial, apresentaram grande relevância estatística no caso da relação sino-brasileira, enquanto na análise da aliança com os EUA, a variável neorrealista, *power gap*, foi a que demonstrou importante significância no modelo empírico empregado. Com relação à variável doméstica do tipo ideologia partidária, verificou-se que esta possui uma correlação importante nas decisões de política internacional. Por fim, observou-se que a presente pesquisa obteve conclusões significativas, as quais podem contribuir com o crescente campo de debate de análise empírica da política externa brasileira.

Palavras-chave: Política externa brasileira. Análise quantitativa. Assembleia Geral das Nações Unidas.

ABSTRACT

This work sought to determine factors that impact Brazilian foreign policy decisions, based on the degree of convergence in the votes of the UN General Assembly, taking as reference Brazil's bilateral relations with three major strategic partners: Argentina, China and the United States . For that, quantitative analysis was used, working with the tobit model as the main test, but also with multiple regressions and graphic evaluations to support the validation of the conclusions. It is worth mentioning that, for the empirical analysis above, it was used as dependent variable: the convergence index in the AGNU votes between Brasília and each ally, and as explanatory or independent variables were used, exports, imports, foreign direct investments received by the Brazilian State and the difference in power between the partners, called the power gap. It was also verified, in a graphical evaluation at the end, if the use of a domestic variable of the party ideology type would have any relevance in a greater or lesser agreement, between the countries studied, during the voting in the UNGA. The results were very interesting, in which it was noted that the neoliberal variables, in this case those related to the trade flow, had great statistical relevance in the Sino-Brazilian relationship, while in the analysis of the alliance with the USA, the neo-realist variable, Power gap, was the one that have demonstrated good significance in the empirical model that was used. Regarding the domestic variable: the party ideology, an interesting correlation can be observed in international policy decisions. Finally, it was observed that the present research obtained significant conclusions, which can contribute to the actually growing field of debate of empirical brazilian foreign policy.analysis.

Keywords: Brazilian foreign policy. Quantitative analysis. United Nations General Assembly.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Breve demonstração da parte matemática do modelo.....	29
Figura 2 – Modelo Tobit.....	67
Figura 3 – Modelo Tobit sem ied.....	68
Figura 4 – Regressão múltipla.....	68
Figura 5 – Correlações lineares das variáveis.....	69
Figura 6 – Modelo Tobit.....	69
Figura 7 – Tobit sem IED.....	70
Figura 8 – Regressão Múltipla.....	70
Figura 9 – Correlações lineares das variáveis.....	71
Figura 10 – Modelo Tobit.....	71
Figura 11 – Tobit sem IED.....	72
Figura 12 – Regressão Múltipla sem IED.....	72
Figura 13 – Regressão Múltipla sem Importações e IED.....	73
Figura 14 – Correlações lineares das variáveis.....	73
Figura 15 – Curvas das variáveis exportações e importações de Brasil e China correlacionadas com a variável dependente, retirados do software STATA 13.1.....	84
Figura 16 – Curvas das variáveis power gap e exportações entre Brasil e EUA correlacionadas com a variável dependente, retirados do software STATA 13.1.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comércio Bilateral Brasil-Estados Unidos em US\$.....	45
Gráfico 2 – Exportações do Brasil para Estados Unidos em US\$.....	46
Gráfico 3 – Importações Brasil-Estados Unidos em milhões US\$.....	47
Gráfico 4 – Comércio Bilateral Brasil-China em US\$.....	47
Gráfico 5 – Exportações do Brasil para China em US\$.....	48
Gráfico 6 – Importações Brasil-China em US\$.....	48
Gráfico 7 – Comércio Bilateral Brasil-Mercosul em US\$.....	49
Gráfico 8 – Exportações do Brasil para Mercosul em US\$.....	50
Gráfico 9 – Importações Brasil-Mercosul em US\$.....	50
Gráfico 10 – Comércio Bilateral Brasil-Mercosul versus Brasil-China versus Brasil-EUA em US\$.....	52
Gráfico 11 – Exportações Brasil-Mercosul versus Brasil-China versus Brasil-EUA em US\$.	53
Gráfico 12 – Importações Brasil-Mercosul versus Brasil-China versus Brasil-EUA em US\$.	54
Gráfico 13 – Comparativo dos CINCs de Brasil, Argentina, China e EUA.....	57
Gráfico 14 – Comparativo dos CINCs de Brasil e Argentina.....	57
Gráfico 15 – Comparativo de “Power Gap” entre Brasil e Argentina versus Brasil e China versus Brasil e EUA.....	58
Gráfico 16 – Investimento direto da Argentina no Brasil em milhões de US\$.....	60
Gráfico 17 – Investimento direto da China no Brasil em milhões de US\$.....	60
Gráfico 18 – Investimento direto da China no Brasil em milhões de US\$.....	61
Gráfico 19 – Comparativo de Investimento direto externo no Brasil por parte de seus três parceiros em milhões de US\$.....	62
Gráfico 20 – Comparativo de Investimento direto externo no Brasil por parte de Argentina e China em milhões de US\$.....	63
Gráfico 21 – Comparativo dos índices de convergência nas votações na AGNU, de 1997 a 2014, o Brasil e em relação à Argentina, China e Estados Unidos.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – CINCs do Brasil, EUA, China e Argentina.....	55
Tabela 2 – <i>Power Gap</i> do Brasil e seus parceiros: Argentina, China e EUA.....	56
Tabela 3 – Investimentos Externos Diretos (IEDs) em milhões de US\$ no Brasil por parte de seus países parceiros.....	59
Tabela 4 – Índices de convergência nas votações da AGNU.....	64

ABREVIACOES E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
AIIB	Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento
BASIC	Brasil, África do Sul, ndia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CBERS	Programa Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China
CINC	ndice Composto das Capacidades Nacionais
COBEN	Comissão Binacional de Tecnologia Nuclear
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
DEG	Diálogo Estratégico Global
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPA	Análises de política externa
FPI	ndice de política externa
G20	Grupo dos 20
G7	Grupo dos 7
IED	Investimentos externos diretos
MDIC	Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Plano de Ação Conjunta 2010-2014
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ANÁLISE QUANTITATIVA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB) ..	20
2.1	Variável dependente	23
2.1.1	<i>Variáveis Independentes</i>	23
2.2	Metodologia	27
2.3	Problemática (Fato)	27
2.4	Hipóteses	28
2.5	Ação (Testes e Metodologia de Desenvolvimento)	28
2.6	Métodos	29
2.7	Método estatístico	29
3	RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL COM ARGENTINA, CHINA, EUA, NO PERÍODO DE 1997 A 2014	31
3.1	Relações Bilaterais Brasil e Argentina	31
3.2	Relações bilaterais Brasil e China	35
3.3	Relações Bilaterais Brasil – EUA	40
4	DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES ÀS VARIÁVEIS INDEPENDENTES E DEPENDENTE	45
4.1	Comércio internacional	45
4.2	CINC e POWER GAP	55
4.3	Investimento Externo Direto (IED)	59
4.3.3	<i>IEDs no Brasil em milhões de dólares</i>	59
4.4	Convergência nas votações na AGNU	63
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	67
5.1	Análise e Modelo estatístico para relação bilateral entre Brasil e Argentina	67
5.2	Análise e Modelo estatístico para relação bilateral de Brasil e China	69
5.3	Análise e Modelo estatístico para relação bilateral de Brasil e EUA	71
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE A – CURVAS DE CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES	84

1 INTRODUÇÃO

Neste presente trabalho buscou-se analisar possíveis fatores que impactam no alinhamento entre o Brasil e seus três principais parceiros estratégicos: EUA, China e Argentina, tomando como referência as votações na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Neste capítulo introdutório é demonstrado o porquê da escolha das votações na Assembleia Geral da ONU como instância para a análise de alinhamento entre países, fazendo uma breve revisão bibliográfica. Pode-se observar também, nesta parte inicial, a metodologia empregada com relação à definição das votações supracitadas como variável dependente, para a construção do modelo empírico a ser desenvolvido ao longo desta dissertação.

No segundo capítulo é feita uma revisão bibliográfica de autores consagrados da área de análise de política externa quantitativa, em especial com relação à área de análise de política externa brasileira de forma empírica. Demonstra-se também neste capítulo as hipóteses, a metodologia a ser empregada, bem como as variáveis independentes escolhidas para a formatação do modelo estatístico desenvolvido nesta pesquisa.

No terceiro capítulo é feita uma análise qualitativa das relações bilaterais do Brasil diante de cada um dos países em estudo, Argentina, China e EUA. Para isso fez-se uma revisão da bibliografia secundária e uma pesquisa em sítios oficiais do Ministério das Relações Exteriores: Itamaraty. O objetivo central deste capítulo é demonstrar a importância dessas relações bilaterais para o Brasil e suas decisões de política externa.

Já no quarto capítulo busca-se explicar cada variável independente e a dependente, demonstrando a base de dados e a forma de construção dos valores a serem utilizados no modelo estatístico. Vale destacar também que, nesta quarta parte, tem-se uma análise gráfica a partir do desenvolvimento de cada um dos fatores (variáveis) supracitados.

No quinto capítulo o objetivo central é rodar o modelo estatístico, para cada relação bilateral brasileira diante dos três parceiros estratégicos em estudo, com o auxílio do software Stata. A partir dos resultados obtidos, busca-se fazer uma análise sobre as variáveis, fatores que de fato apresentam relevância estatística ou impacto na convergência das votações da Assembleia Geral da ONU.

Por fim, o trabalho é concluído nas considerações finais, em que é demonstrado as confirmações das hipóteses propostas e as possíveis contribuições que este trabalho pode trazer ao crescente campo de debate da análise quantitativa da política externa brasileira.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU), de agora em diante denominada como AGNU neste presente documento, é o órgão deliberativo de maior relevância da Organização das Nações Unidas (ONU) e também de grande importância quando comparamos às outras organizações multilaterais, pois, conforme Mignozzetti (2014), é nesta arena onde a maior parte dos temas de interesse mundial são discutidos e os países membros da ONU tem sua soberania, suas posições, bem como suas deliberações respeitadas.

Com base nessa arena deliberativa de grande relevância e enorme aderência mundial que é a AGNU, as votações que ocorrem nesta tem grande significado, visto que podem ser utilizadas como indicador político de alinhamento entre países em determinados temas. Segundo Amorim Neto e Malamud (2015), o voto na Assembleia Geral da ONU reflete o alinhamento internacional e acarreta consequências políticas.

Vale destacar também que, consoante Sposito (2019), muitos autores argumentam que as votações na AGNU são um retrato de como as Nações querem ser vistas pelos demais, bem como a demonstração das posições que cada uma está disposta a tomar publicamente. O autor, Sposito (2019), ainda reitera que, a medida de convergência nos posicionamentos na AGNU, isto é a variável alinhamento político pelas votações, seria um indicador relevante das estratégias internacionais de determinado Estado.

Sposito (2019) cita vários autores da literatura internacional de Relações Internacionais que se utilizaram do histórico de votações na AGNU como variável dependente a fim de tentar identificar os determinantes do comportamento externo dos Estados. O autor completa dizendo que:

Como variáveis explicativas, os autores apontaram o pertencimento a blocos, grupos ou regiões (HOLCOMBE; SOBEL, 1996; KIM; RUSSETT, 1996; LIJPHART, 1963; TOMLIN, 1985; RUSSETT, 1966); o oferecimento de ajuda externa – econômica ou militar – pelos Estados Unidos (EUA) (WANG, 1999; LAI; MOREY, 2006; SCHAEFER; KIM, 2007; DREHER; NUNNENKAMP; THIELE, 2008; MOON, 1985; RATNER, 2009); empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) (THACKER, 1999; POTRAFKE, 2009; CARTER; STONE, 2015); o grau de liberdade econômica ou política (SCHAEFER; KIM, 2007); a ideologia do governo (POTRAKE, 2009); o tipo de regime (HUXSOLL, 2003;

MCGILLIVRAY; SMITH, 2004; LAI; MOREY, 2006); e o comércio exterior ou riqueza (CARTER; STONE, 2011; SPOSITO, 2019).

Dessa forma, a presente pesquisa utilizou o histórico de votações na AGNU como variável para medir o grau de alinhamento político entre o Brasil e seus três principais parceiros comerciais: China, Estados Unidos da América (EUA) e Argentina. Ressalta-se que o período de análise dessas votações será compreendido entre 1997 a 2014, o que será demonstrado nas próximas seções.

É importante mencionar que, na literatura de Relações Internacionais, bem como na de Ciência Política, muitos pesquisadores desenvolveram trabalhos no sentido de utilizar as votações na AGNU como instrumento de medição do alinhamento político entre as nações tais como: Amorim Neto (2011), Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013), Mignozzetti (2014), Mourón e Urdínez (2014), Amorim Neto e Malamud (2015), Voeten, Strezhnev e Bailey (2016), Sposito (2019), Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019). Contudo, a forma como utilizar, a metodologia empregada, varia entre os autores. Isto é, existem diversas resoluções votadas em variados temas, portanto como determinar quais votações de determinada área utilizar ou se deve utilizar todas as votações é essencial para a coerência do modelo de trabalho a ser desenvolvido.

Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019) revelam que, a literatura utilizou uma variedade de representações para analisar as mudanças e prioridades da política externa brasileira (PEB), após o início da redemocratização no país. Os autores acima citam dentre tais representações, o comportamento na Assembleia Geral da Nações Unidas e mencionam alguns pesquisadores desta área em debate, dentre eles: “Amorim Neto 2011; Mourón e Urdínez 2014; Amorim Neto e Malamud 2015; Jenne, Schenoni e Urdínez 2017” (RODRIGUES; URDÍNEZ; OLIVEIRA, 2019, p. 4).

Em outras palavras, percebe-se então que as votações da AGNU podem ser um balizador da convergência política das nações, mas é fundamental saber definir a metodologia utilizada com essas votações: quais temas utilizar, como definir os indicadores quando países votam juntos ou divergem ou ainda se abstém e, por fim, como construir isso em um modelo que possa ser testado e validado.

Segundo Sposito (2019), quando se utiliza as medidas que incluam todas as votações na AGNU, garante-se a observação ampla do comportamento internacional dos Estados.

Assim, nesta presente pesquisa será utilizada as votações de todos os temas, levando em conta a comparação do Brasil e seus parceiros supracitados.

Cabe ainda destacar que, a característica da variável convergência das votações na AGNU deverá ser do tipo dependente neste trabalho. Isto é, esta medida será comparada com outras variáveis independentes, as quais serão explicadas em próxima seção, a fim de construir um modelo analítico de possível correlação destas.

Segundo Sposito (2019), ao utilizar o histórico de votações na AGNU como variável dependente, a bibliografia de Relações Internacionais buscou a identificação dos determinantes do comportamento dos Estados na esfera internacional. Assim, a presente pesquisa buscará investigar as principais variáveis que impactam no comportamento da Política Externa Brasileira (PEB) com relação aos parceiros já supracitados, a partir da comparação com tal variável dependente: alinhamento ou convergência nas votações destes na AGNU.

Sabe-se então que foi utilizada nesta presente pesquisa, a convergência na AGNU como variável dependente, e que será levado em conta todas as votações e de todos os temas. Agora precisa-se demonstrar o modelo ou metodologia de convergência que será empregado no presente trabalho.

Amorim Neto e Malamud (2015) explicam que há dois métodos para calcular a convergência entre dois países em votações na ONU: convergência simples e o Índice de Acordo de Lijphart (1963). O primeiro calcula a porcentagem de votos idênticos dados por dois países: (sim / sim, não / não ou abstenção / abstenção). Já o último método leva em consideração não apenas os votos idênticos, mas também aqueles sobre os quais os Estados convergem parcialmente (sim / abster-se e não / abster-se).

Ainda, conforme Amorim Neto e Malamud (2015), estes autores comentam que o método de convergência simples tem sido muito criticado por não considerar que situações em que um país vota sim ou não e o outro se abstém não constituem necessariamente uma divergência completa. Contudo, por este método ser utilizado por diplomatas dos EUA e seus colegas latino-americanos a fim de avaliar o comportamento na esfera internacional um do outro, os supracitados autores optaram pela utilização deste método.

Com relação ao índice de convergência a ser utilizado para indicar o grau de alinhamento nas votações entre dois países na AGNU, Mourón e Urdínez (2014) definiram a

variável acima como um índice de classificação de similaridade de 0 a 1, em que este índice é igual a: Número total de votos para os quais dois Estados convergem dividido pelo número total de votos conjuntos. Onde é computado como 1 o valor igual a “sim” ou “aprovação” e 0 significa “não” ou “discordância”.

Por outro lado, Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013) optaram por utilizar o índice de convergência de votos na Assembleia Geral da ONU, elaborado por Signorino e Ritter (1999), o qual varia de -1 a 1, onde -1 indica a menor convergência possível e 1 a maior convergência possível.

Contudo, cabe destacar que os autores acima utilizaram o índice de convergência incluindo os votos do tipo abstenção. Dessa maneira não contabilizaram apenas os votos sim e não, mas também a abstenção, a qual é atribuída no cálculo da variável a metade da distância métrica entre o voto sim e não. Segundo Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013), portanto, o índice é determinado por:

$$\frac{(1 - d.2)}{dmax} \quad (1)$$

Em que d é a soma das distâncias métricas entre os votos das díades de países em um dado ano e $dmax$ caracteriza-se por ser a maior distância métrica possível destes votos.

Sposito (2019) fez opção por usar o índice de convergência entre 0 e 1, considerando 0,5 às abstenções. Segundo este autor, ele acredita que o objetivo deste valor de meio peso é poder identificar as preferências sinceras dos Estados na AGNU a fim de capturar os posicionamentos destes, pois a abstenção pode representar uma posição intermediária quanto a determinado tema.

Por fim, pode-se destacar também que Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019) utilizou o índice de convergência (similaridade) do padrão de votos variando de 0 a 1. Estes autores utilizaram esta variável juntamente com outras para a formação do índice de política externa (FPI), o qual serve, resumidamente, para mensurar o engajamento dos países na arena internacional.

Pôde-se concluir então que é inegável a importância das votações na AGNU e o significado político que estas trazem, conforme o posicionamento de cada país na arena internacional. Notou-se também como muitos trabalhos e pesquisas na área de Relações

Internacionais e Ciência Política utilizam dessas votações como variável para medir o alinhamento político entre os Estados.

Assim, este presente trabalho também se utiliza das votações da AGNU, para ser mais específico, busca determinar o grau de convergência das votações do Brasil em relação à Argentina, China e EUA. Vale dizer que as votações foram obtidas a partir da base de dados desenvolvida por Voeten, Strezhnev e Bailey (2016).

2 ANÁLISE QUANTITATIVA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB)

Os estudos de análise de política externa de forma quantitativa são relativamente novos. O marco inicial é, sem dúvida, a obra de Amorim Neto (2011), “De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira”. Esta inaugurou o debate mais aprofundado sobre quais fatores poderiam influenciar os rumos, as tomadas de decisão da política externa brasileira (PEB), buscando entender quais possuem maior ou menor relevância, impacto na condução desta.

Amorim Neto (2011) justifica que, mesmo com todas as fragilidades que a tradição quantitativa e o método estatístico podem apresentar, ele resolveu adotar a análise quantitativa para se analisar a política externa brasileira com o objetivo central de estimar o peso relativo de fatores sistêmicos (referentes ou à posição dos Estados na hierarquia de poder internacional ou à interdependência que condiciona o comportamento destes) e domésticos na determinação da ação internacional do país.

Amorim Neto (2011) ainda complementa que a linguagem natural, ou seja, a linguagem das análises de cunho histórico e qualitativo apresenta frequentemente dificuldades para interpretar o impacto relativo de um conjunto de variáveis sobre os resultados que se deseja explicar. Assim, segundo o mesmo autor, a análise quantitativa por meio do método estatístico é capaz de oferecer uma possível solução para o problema acima, utilizando modelos de regressão multivariados.

Mourón e Urdínez (2014) explicam que mesmo com o interesse sem precedentes no Brasil e sua política externa, ainda não havia muita atenção dada à área de pesquisa que abrange a análise quantitativa da política externa brasileira (PEB). Estes autores também confirmam que a obra supracitada de Amorim Neto (2011) é o ponto de inflexão. Ou seja, o livro deste autor marca o início de um interesse maior pela pesquisa empírica da PEB.

Segundo Pietro Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019), a literatura que trata sobre a análise de política externa latino-americana clama há muito tempo por um rigor empírico e teórico, tendo em vista que a elaboração de políticas externas é um conceito multifacetado, com uma ampla gama de resultados que os pesquisadores alternadamente buscam encontrar, definir. Contudo, ainda segundo os mesmos autores citados, tais resultados são pouco claros, pouco conclusivos com relação aos principais determinantes da política externa na América latina (RODRIGUES; URDÍNEZ; OLIVEIRA, 2019).

Dessa forma, se o método estatístico através de modelos de regressão multivariados podem contribuir para a interpretação dos determinantes de política externa, ou seja, se existem métodos empíricos, estatísticos que possam nos ajudar a decifrar quais fatores podem impactar na condução da política internacional de um determinado Estado, neste caso o Brasil, então surge um campo a ser explorado e estudado na área de Relações Internacionais.

Conforme já mencionado, a obra de Amorim Neto (2011) foi a precursora do desenvolvimento aprofundado da análise quantitativa nos estudos de relações internacionais, especificamente na Política Externa brasileira (PEB). Sabe-se então que o método empírico por meio de modelos de regressão podem ser um ótimo caminho para as interpretações e análise de política internacional. Mas como utilizar estes modelos, quais variáveis devem ser levadas em conta são questões fundamentais para a validação deste tipo de análise em desenvolvimento.

Com base nestas questões fundamentais citadas acima, isto é, como escolher as variáveis para a construção de um modelo de análise empírica, os autores desta área em desenvolvimento costumam segmentar em dois tipos de fatores principais: domésticos e sistêmicos. Contudo, antes de discriminar estes fatores, é importante o entendimento da definição de tais variáveis segundo a literatura de ciência política.

Amorim Neto e Malamud (2015) explicam que normalmente as políticas domésticas e internacional são abordadas como áreas separadas, ontologicamente e epistemologicamente. Assim, a ciência política desenvolveu duas subdisciplinas distintas: a primeira para lidar com fenômenos que ocorrem dentro do Estado, a qual é a política comparada, enquanto a segunda que trata das relações entre Estados, que é a Relações Internacionais.

Ainda segundo Amorim Neto e Malamud (2015), a política externa, portanto, constitui uma área de intersecção entre as subdisciplinas supracitadas, visto que ela é uma política pública desenvolvida no interior do Estado, mas com principal repercussão e contribuição na política internacional.

Dessa forma, entendido o campo teórico de atuação da política externa, busca-se a fundamentação dos fatores, dos determinantes de política internacional. Na área de estudo das relações internacionais, conforme Amorim Neto e Malamud (2015), o realismo neoclássico é a teoria que melhor capta as interações entre as variáveis domésticas e as sistemáticas ou estruturais que impactam nas escolhas, decisões da política externa de um Estado.

Amorim Neto e Malamud (2015) explicam também que, o realismo neoclássico sustenta que as ações de um Estado no sistema internacional pode ser explicada por uma combinação de variáveis: sistêmicas (como exemplo a distribuição de capacidades entre os Estados); cognitivas (como exemplo da percepção errônea de pressões sistêmicas, ameaças, bem como intenções dos outros países); e domésticas (como exemplo pode-se citar a atuação de instituições estatais, elites e atores sociais locais). Esta interligação de tais variáveis afetam o poder e a liberdade de ação dos tomadores de decisão.

Assim, tendo em vista que as decisões de política externa são baseadas em um conjunto de fatores sistêmicos e domésticos, os pesquisadores buscaram entender a relevância de cada uma destas variáveis para a construção e validação dos melhores modelos de regressão, bem como do melhor método empírico para a ideal análise quantitativa da política externa brasileira.

Segundo Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019), estes classificaram cada uma das variáveis como sistêmicas, se o peso das relações de poder entre estados é determinante para a definição de variável e, ainda, se seu valor raramente muda devido às decisões unilaterais do Brasil a partir de um ano para outro. Por outro lado, os autores classificaram como variáveis domésticas as que altamente dependem da negociação entre atores sociais do Estado e que podem ser modificadas através de um processo interno.

É importante destacar também que, na tentativa de interpretar as escolhas da política externa brasileira nas últimas décadas, consoante Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019), a literatura internacional, já destacada no capítulo 1 e neste capítulo 2, abordou, entre outros, quatro tópicos principais de interesse: as mudanças na política externa provocadas por Fernando Henrique Cardoso; os esforços empreendidos durante a presidência de Lula para expandir a influência internacional do Brasil; a retração percebida no engajamento externo brasileiro a partir de 2010; e os determinantes nas mudanças de política externa, sejam estes domésticos ou sistêmicos.

Os tópicos, citados no parágrafo anterior, resumem algumas das características gerais mais relevantes da política externa brasileira e da produção de análises de política externa (FPA) sobre o país no período, segundo Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019). Sendo considerados como importantes referências ao entendimento dos movimentos internacionais do Brasil desde os anos 90.

Portanto, é nesse debate que a presente pesquisa está inserida. O intervalo histórico para a análise quantitativa, para a confecção das bases de dados das variáveis estudadas, bem como a execução do modelo estatístico, é de 1997 a 2014, englobando parte do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), governo Lula e o primeiro mandato da presidenta Dilma.

Com relação às variáveis e os tipos destas que foram escolhidas para a construção da análise quantitativa, bem como do modelo estatístico empregado e metodologia desenvolvida, estes serão tratados nos próximos parágrafos deste capítulo. Já a parte da base de dados, a parte de gráficos, a parte matemática, e a demonstração dos testes estatísticos serão tratadas com detalhes no capítulo 4 deste trabalho.

2.1 Variável dependente

Como já demonstrado e fundamentado na introdução (capítulo 1), a convergência nas votações da AGNU entre o Brasil e seus pares em estudo, neste caso Argentina, China e EUA, é a variável dependente empregada na equação do modelo de regressão.

Cabe demonstrar brevemente o a forma de calcular e utilizar o índice de convergência, o qual possui variação de zero a um, considerando o modelo empregado por Mourón e Urdínez (2014). Ou seja:

a) 1 = votos coincidentes

b) 0 = votos em desacordo

c) Índice de convergência = número total de votos para os quais dois Estados convergem/ número total de votos conjuntos.

Matematicamente:

$$\text{Íconv} = \frac{\text{nVotosIguais}}{\text{nVotosTotais}} \quad (1)$$

2.1.1 Variáveis Independentes

Nesta pesquisa busca-se utilizar alguns indicadores, os quais serão caracterizados como variáveis independentes, para analisar o possível impacto em um maior ou menor alinhamento político dos países nas votações da AGNU. É importante dizer que muitos

trabalhos em análises de política externa por meio de análises quantitativas buscam classificar as variáveis em domésticas ou sistêmicas.

No presente trabalho será utilizada quatro variáveis independentes sistêmicas: duas referentes ao intercâmbio comercial (exportações anuais do Brasil para esses países e Importações anuais do Brasil em relação a esses países), a terceira que se refere aos Investimentos externos diretos (IED) recebidos pelo Brasil destes três parceiros; e, por fim, a quarta se refere ao *Power Gap*, caracterizada pela diferença de poder, sendo calculada pela subtração das capacidades nacionais e materiais do Estado Brasileiro em relação a cada parceiro analisado aqui (MOURÓN; URDÍNEZ, 2014).

Vale dizer que para testarmos a última hipótese desta pesquisa, a qual será demonstrada em seção posterior neste capítulo, utiliza-se de uma variável doméstica denominada ideologia partidária do governo (executivo), ou seja, se os responsáveis diretos pela condução da política externa brasileira tem um viés de esquerda, direita ou moderada e o impacto que isso traria com relação ao alinhamento político com determinados países nas votações da AGNU. É importante salientar que para isso toma-se como referência os trabalhos de Amorim Neto e Malamud (2015) e Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019).

Assim, busca-se, a seguir, de forma sucinta, fundamentar a escolha de cada variável independente para o desenvolvimento da presente pesquisa. A maior parte dos indicadores escolhidos, conforme demonstrado acima, foram sistêmicos. Os dois primeiros referem-se ao intercâmbio comercial: exportações do Brasil para os seus pares e importações por parte do Brasil em relação a tais países.

Muitos autores utilizaram destas variáveis, em especial das exportações anuais, para o desenvolvimento de seus trabalhos e construção de modelos. Mignozzetti (2014), Amorim Neto e Malamud (2015), Sposito (2019), Ramanzini Junior e Ribeiro (2013) utilizaram deste indicador, isto é, do comércio entre países como possível fator de um maior ou menor grau de convergência nas votações da AGNU. Vale ressaltar também que, Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019) utilizou das exportações anuais e do índice de convergência de votações na AGNU como variáveis para a composição do índice de alinhamento de política externa entre os Estados: FPI, desenvolvido por estes autores.

Já a outra variável a ser trabalhada nesta pesquisa é o valor anual dos Investimentos Externos Diretos recebidos pelo Brasil proveniente de cada país analisado. Mourón e Urdínez (2014), bem como Ramanzini Junior e Ribeiro (2013) utilizaram deste indicador para seus

estudos da possível correlação entre este e o grau de convergência (alinhamento) político nas votações da AGNU.

Por outro lado, a última variável sistêmica utilizada neste trabalho é o *Power Gap*, ou diferença de poder entre os pares de países analisados. Este indicador deriva do CINC (índice de capacidades materiais dos Estados). Mourón e Urdínez (2014) é que inovaram com o uso desta diferença de poder entre os países. Estes autores, a partir de análises do trabalho de Amorim Neto (2011), comentaram que a medida correta seria calcular a diferença do poder entre os países, o determinado *Power Gap*, justificando que o poder é uma relação entre países. Já Amorim Neto (2011) considerou somente o CINC como referência, isto é, o poder individualizado de cada nação.

Nota-se que Mourón e Urdínez (2014) buscaram aprimorar o trabalho desenvolvido por Amorim Neto (2011), pois utilizaram também o CINC para o cálculo do *Power Gap*. Vale dizer também que os autores mencionaram o trabalho de Schenoni (2012), o qual considerou que o enfraquecimento do poder dos EUA é que justifica a maior independência do Brasil (no alinhamento das votações da AGNU), e não o aumento do poder brasileiro.

É importante demonstrar que, segundo Amorim Neto (2011), Mourón e Urdínez (2014) e também Amorim Neto e Malamud (2015), o CINC é obtido a partir dos seguintes indicadores, conforme demonstram os autores mencionados acima, (1) População total do país; (2) População urbana; (3) Produção de ferro e aço; (4) Consumo de Energia; (5) Capacidade/tamanho do contingente militar; (6) Recursos militares do país.

Assim, com o cálculo do CINC anual de cada país, Mourón e Urdínez (2014), para a determinação do *Power Gap*, subtraíram aquele índice de um país em relação ao outro. Da mesma forma, nessa presente pesquisa, será empregado esse cálculo para a determinação da diferença de poder (*Power Gap*) entre o Brasil e cada parceiro em estudo e, a partir deste valor obtido, a fim de verificarmos o possível significado em relação a uma maior ou menor convergência nas votações da ONU, ao longo do período citado anteriormente.

Com relação a última variável independente a ser analisada, a ideologia partidária do governo, esta é utilizada no presente trabalho para testarmos a terceira hipótese (C). Alguns autores usaram de variáveis domésticas, em especial da ideologia partidária dos representantes e condutores principais da política externa brasileira para analisarem o impacto desta em um maior ou menor alinhamento nas votações da ONU. Pode-se destacar como

exemplo tais pesquisadores da área: Amorim Neto (2011), Amorim Neto e Malamud (2015) e Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019).

Por fim, cabe mencionar que, a presente pesquisa emprega variáveis (supracitadas) que estão no debate clássico central da teoria de relações internacionais. Isto é, de um lado as variáveis que medem o comércio internacional entre países, bem como a variável de investimentos externos diretos, estariam ligadas à cooperação, parcerias, multilateralismo, características presentes na teoria da interdependência complexa, no institucionalismo e de alguma maneira relacionadas ao liberalismo econômico.

Segundo Mignozzetti (2014) são inúmeros motivos que levariam o comércio entre países a gerar cooperação, contudo o mais contundente seria o argumento (motivo) liberal econômico. O autor continua, ao demonstrar que do outro lado do debate, isto é, realistas e neorealistas argumentam que o comércio está longe de gerar benefícios, mas sim é um causador de conflitos; pois com ganhos assimétricos, a relação de interdependência passará a ser de dependência. E, Mignozzetti (2014) conclui ao mencionar ainda que, a diferença nos ganhos (assimetria) poderá gerar um aumento no poderio militar de um lado, o que poderia impactar ainda mais no desbalanceamento das forças dos Estado.

Já a variável diferença de poder entre países (calculada com base no CINC), claramente, possui cunho neorrealista, evidenciando a relação de poder entre os países ao longo do tempo e a correlação em um possível maior ou menor dependência entre si, o que poderia ser demonstrado em alinhamento nas votações da AGNU. Consoante Amorim Neto e Malamud (2015), o indicador (variável) tratado acima é derivado da teoria neorrealista e foi obtida recorrendo-se ao Índice Composto de Capacidades Nacionais (CINC).

Dessa forma, as variáveis independentes deste presente trabalho ficaram organizadas da seguinte maneira: Exportações anuais do Brasil para esses países; Importações anuais do Brasil em relação a esses países; Investimentos externos diretos (IED) recebidos pelo Brasil destes 3 parceiros; *Power GAP* (obtida a partir CINC - índice que me as capacidades nacionais); Ideologia partidária do governo (executivo). Vale destacar que o intervalo de análise: 1997 a 2014.

Fontes de dados das variáveis acima e da variável dependente citada no início: Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), Banco Central do Brasil, Banco Mundial, Portal do Itamaraty, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

CINC v4.0, base de dados das votações da ONU de Voeten, Strezhnev e Bailey (2016), adaptações de dados desenvolvidos pelo autor desta pesquisa.

2.2 Metodologia

Os estudos de política externa brasileira a partir de análises quantitativas vem crescendo e amadurecendo desde a obra de Amorim Neto (2011). Muitos trabalhos interessantes estão cada vez mais enriquecendo a literatura de FPA por meio análises empíricas, modelos matemáticos e estatísticos a fim de complementar a análise qualitativa já consagrada.

Assim, Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019) comentam em seu recente trabalho que estão convencidos de que um esforço por maior rigor empírico se faz necessário no campo da FPA, de forma especial para estudos em países da América Latina. Por isso, inspirados neste campo crescente de pesquisa, busca-se neste trabalho contribuir com o debate empírico nas Relações Internacionais, especialmente no estudo da Política Externa Brasileira e os fatores determinantes desta.

2.3 Problemática (Fato)

- a) A China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil a partir de 2009, ultrapassando os EUA e é um grande parceiro estratégico do Brasil, investindo em diversas áreas no país;
- b) Existem trabalhos na área dessa pesquisa que demonstraram quantitativamente que variáveis relacionadas às capacidades materiais, bem como à diferença de poder (variável neorealista) entre países podem ter muito mais relevância no alinhamento político na AGNU (votações) do que variáveis como intercâmbio econômico (variáveis de cooperação, de interdependência e até mesmo liberais), especialmente quando se compara com os EUA;
- c) Há muitos trabalhos também na área central dessa pesquisa que tratam de variáveis domésticas como determinantes da política externa dos países, em especial do Brasil. Assim, um dos fatores que podem impactar no alinhamento político dos países em votações da ONU é a ideologia partidária ou a ideologia do governo, no caso do Brasil representado pelo chefe do executivo e de seu chanceler.

2.4 Hipóteses

- a) A forte parceria sino-brasileira (comercial, investimentos estratégicos) impacta no alinhamento político dos países nas votações da AGNU, isto é, estas possuem relevância estatística nos métodos multivariados testados.
- b) A relevância estatística da variável de poderio militar e capacidades materiais (variável neorealista), medida pelo CINC (índice das capacidades nacionais), em relação ao grau de alinhamento nas votações da AGNU do Brasil e EUA, não seria similar no caso da relação sino-brasileira, bem como na relação sulamericana: Brasil e Argentina. O peso do intercâmbio econômico (variáveis de cooperação, interdependência complexa) entre estes dois últimos (China e Argentina) pode ser fator significativo estatisticamente também no grau de convergência das votações.
- c) A variável ideologia partidária do governo pode impactar de forma relevante no grau de convergência do Brasil nas votações da AGNU em relação aos três parceiros em análise.

2.5 Ação (Testes e Metodologia de Desenvolvimento)

- a) Foi feita uma Análise Quantitativa dos dados obtidos de cada variável, bem como uma análise comparativa da correlação destas com a variável dependente. Também foi feita uma análise gráfica dos dados, bem como de gráficos comparativos das variáveis dos países. Por último, testou-se o modelo de regressão, o qual demonstrou a significância, peso de cada indicador (variável) no grau de convergência entre o Brasil e seus parceiros em questão.
- b) Foi feita uma análise das relações bilaterais por meio de bibliografia secundária. Também foi feita uma análise qualitativa e quantitativa das variáveis, bem como da correlação destas. Fez-se ainda uma análise comparativa e gráfica entre os países em questão. Por fim, testou-se e comparou-se a curva de regressão obtida do Brasil com relação a cada parceiro, e foi verificado se os indicadores de intercâmbio econômico, de fato, têm maior peso no caso de China e Argentina no grau de convergência das votações em relação ao Brasil.
- c) Foi adicionada a variável doméstica: ideologia partidária, para uma análise gráfica a partir dos gráficos comparados das convergências das votações na AGNU de cada país

estudado, como também foi tomado por base uma breve revisão bibliográfica de autores, tais como Amorim Neto e Malamud (2015) e Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019), que trataram de variáveis domésticas, a fim de verificar se esta possui algum peso significativo no índice de similaridade das votações entre o Brasil e seus pares analisados neste trabalho.

2.6 Métodos

Análise qualitativa das relações bilaterais a partir de bibliografia secundária consagrada, bem como também a partir da bibliografia central; obtenção e organização da base de dados das variáveis estudadas; análise quantitativa, fundamentando-se na bibliografia central. Análise gráfica comparativa entre a parceria do Brasil em relação a cada um de seus parceiros estudados. Por fim, testes com modelos de regressão multivariados a partir do Software STATA, considerando a variável dependente e as variáveis independentes supracitadas.

2.7 Método estatístico

Com relação ao modelo estatístico que foi utilizado, optou-se pelo Tobit. Este, que também é conhecido como regressão censurada, tem dois limites: um superior e outro inferior. Como a variável dependente é uma proporção, deduz-se facilmente que o limite inferior é o valor “0” e o superior, o valor “1”. Com isso, o modelo pode ser definido mais facilmente a partir de uma variável latente “ y^* ” (figura 1).

Figura 1 – Breve demonstração da parte matemática do modelo

$$y^* = X\beta + U, \quad U|X \sim \text{Normal}(0, \sigma^2)$$

E a regra de observação:

$$\begin{array}{ll} y=0 & \text{se } y^* < 0 \\ y=y^* & \text{se } 0 < y^* < 1 \\ y=1 & \text{se } y^* \geq 1 \end{array}$$

Com essa formulação, temos a seguinte função de log-verossimilhança:

$$\begin{aligned} \log f(y_i | X_i, \beta, \sigma) &= \\ &= I[y_i = 0] \cdot \log \left[\Phi \left(\frac{-X_i \beta}{\sigma} \right) \right] + I[y_i = 1] \cdot \log \left[\Phi \left(\frac{1 - X_i \beta}{\sigma} \right) \right] \\ &+ I[0 < y_i < 1] \cdot \log \left[\left(\frac{1}{\sigma} \right) \Phi \left(\frac{y_i - X_i \beta}{\sigma} \right) \right] \end{aligned}$$

Fonte: Amorim Neto (2011).

Assim, a equação 2 que foi utilizada, após estimação pelo método de Máxima Verossimilhança:

$$\text{CONVONU} = \text{EXP} + \text{IMP} + \text{PG} + \text{IED} + U_i \quad (2)$$

Cabe ressaltar também que, pela facilidade de se usar um software para testar modelos estatísticos, o STATA, foi testado alguns outros modelos a fim de buscar a validação das hipóteses. Conforme Mourón e Urdínez (2014), um modelo mais geral da equação que também foi testado e adaptado a este presente trabalho, foi:

$$\text{ConvONU} = \beta_0 + \beta_1 \text{Exp} + \beta_2 \text{Imp} + \beta_3 \text{IED} + \beta_4 \text{IEDbr} + \beta_5 \text{PowerGap} + \quad (3)$$

β são os coeficientes (pesos relacionados a cada variável obtido pelo modelo de regressão aplicado no software STATA).

3 **RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL COM ARGENTINA, CHINA, EUA, NO PERÍODO DE 1997 A 2014**

Neste capítulo foi feita uma análise qualitativa das relações bilaterais entre Brasil e seus aliados estratégicos em estudo: Argentina, China e Estados Unidos.

3.1 **Relações Bilaterais Brasil e Argentina**

Conforme Itamaraty ([2020?]a), a Argentina é, sem dúvidas, um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. Estes países possuem relações bilaterais estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. Ainda segundo o Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, a construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Assim quando se somam as capacidades de Brasil e Argentina, estas representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

Segundo Candeas (2005),este dividiu as relações entre Brasil e Argentina em cinco períodos: 1) período de instabilidade estrutural com o predomínio de rivalidade (1811-1898), em que não existia Brasil nem Argentina como países independentes e unificados; 2) período de instabilidade conjuntural com busca pela cooperação (1898-1961), iniciou-se quando General Roca começou seu segundo mandato na Argentina; 3) período de instabilidade conjuntural com predomínio de rivalidade (1961-1979), caracterizado pela época dos regimes militares; 4) período da construção da estabilidade estrutural pela cooperação (1979-1991), o qual teve como ponto de partida o Acordo Tripartite; 5) período da construção da estabilidade estrutural pela integração (1991-hoje), em que o marco inicial foi a criação do Mercosul em 1991.

O período de estudo nesta pesquisa se enquadra no último tópico acima (5), isto é, no período da construção de uma estabilidade a partir da integração regional, representada especialmente pelo Mercosul. Assim, corrobora o Itamaraty ([2020?]a), o processo de aproximação política entre Brasil e Argentina, iniciado com a redemocratização dos dois países na década de 1980, esteve na base do projeto de integração sul-americana que levou à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991.

Consoante o Ministério das Relações Exteriores, a crescente integração econômica bilateral tem fortalecido a economia e a indústria dos dois países. É importante destacar,

conforme o Itamaraty ([2020?]a), a presença do capital brasileiro “em diversos setores da economia argentina, como siderúrgico, petrolífero, bancário, automotivo, têxtil, calçadista, de máquinas agrícolas, de mineração e de construção civil”. Por outro lado, não se pode deixar de lado a importante presença de capitais argentinos no Brasil, a qual também é expressiva.

É extremamente válido destacar que, durante o período de presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) pelo lado do Brasil, e no período de Menem pelo lado da Argentina, houve uma busca pela integração regional. Contudo, esse processo de união e fortalecimento regional ainda estava em processo de construção, ou melhor solidificação, por isso alguns desencontros, desentendimentos, arrefecimento das relações ocorreram em certos momentos.

Menem, consoante Candeas (2005), tinha duas prioridades para a política externa Argentina: Brasil e EUA. O termo utilizado para isso foi realismo periférico. Segundo o mesmo autor, houve alguns desencontros, tais como: A Argentina começou a fazer concessões em prol da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), algumas que prejudicariam o Mercosul, enquanto o Brasil só aceitava aquilo que não atrapalhasse o Mercosul. A Argentina lançou o Plano Cavallo, uma tentativa de dolarizar a economia, tentando garantir por meio da constituição que um peso valesse um dólar. O Brasil discordou dessa medida.

Ainda conforme Candeas (2005), em janeiro de 1999, o Brasil promoveu a maxidesvalorização do real. Mas a Argentina não podia fazer o mesmo por causa da Constituição. Assim, iniciou-se um longo contencioso comercial entre Brasil e Argentina que gerou um protecionismo argentino (que é ilegal perante o Mercosul). O Brasil recorreu ao Mercosul, o qual deu ganho de causa para este país. Contudo, isso foi ignorado por parte do governo argentino. Então, o governo brasileiro recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC), esta entidade deu ganho de causa ao Brasil. A Argentina começou então a fazer rotação de protecionismo em cada setor.

Candeas (2005) afirma que a crise argentina, na virada do milênio, frustrou os setores que acreditavam que o país seria auxiliado, apoiado pelo mundo rico. Isso fica claro pela atitude de Estados Unidos, Espanha e Itália, que se concentraram na defesa dos interesses de suas empresas e investidores privados, acirrando na Argentina a “síndrome de irrelevância”, o que acabou favorecendo internamente as forças que defendiam o aprofundamento das relações com o Brasil e o Mercosul. Este país foi visto como parceiro fiel.

A partir disso, Candeas (2005) demonstra que, empresas brasileiras demonstraram visão estratégica e investiram em uma Argentina em crise, enquanto as empresas dos outros países se retiravam. A vitória na eleição brasileira do presidente Lula (2003-2010) foi um sinal claro por parte da sociedade do Brasil, de que existia um desejo de investir na relação bilateral, bem como aprofundar a aliança estratégica e o Mercosul.

Em 2003, houve a ascensão de dois presidentes com ideologias parecidas: Lula e Néstor Kirchner. Assim foi feita a reforma do Mercosul, em que a questão social foi inserida numa tentativa de estabelecer laços comuns. Houve a intensificação do comércio, o aprofundamento da integração regional, o apoio em foros multilaterais (a Argentina só não apoia o Brasil na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) por crer que mais assentos permanentes não democratizam, mas sim formam uma casta).

Nota-se, conforme o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2020) que, o Brasil tem uma série de parceiros estratégicos, mas, com a Argentina, ele tem uma aliança estratégica. O status de aliança é superior ao de parceiro. Uma observação da importância dessa relação é, a primeira visita presidencial que um presidente faz quando assume é sempre à Argentina. Este país é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Por outro lado, o Estado brasileiro é o maior parceiro comercial daquele país.

Consoante Itamaraty ([2020?]a), a forte dinâmica comercial bilateral é marcada pelo grande percentual de produtos de alto valor agregado. Possui importantes impactos em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria. Cabe destacar também que, entre as áreas beneficiadas pela parceria bilateral, o setor automotivo apresenta efeitos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, nos mais variados campos de atuação, tais como: mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

Portanto, tendo visto que as relações bilaterais destes dois países são bem importantes e, na virada do milênio, houve um crescente fortalecimento da integração regional, pode-se observar também que o comércio entre Brasil e Argentina é muito relevante, bem como os investimentos externos diretos de cada um no respectivo parceiro. Estas duas variáveis (fluxos comerciais e IEDs), como visto no capítulo 2, são fundamentais para o desenvolvimento do método estatístico desta pesquisa.

Com relação ao plano político, segundo Itamaraty ([2020?]a), a proximidade com a Argentina representa uma base importante do esforço de construção de um espaço de paz e

cooperação ao redor do Brasil, na América dos Sul. A forte cooperação política entre ambos os países pode ser vista nos frequentes encontros e visitas bilaterais em nível presidencial e ministerial. Ainda segundo o Itamaraty ([2020?]a), nos últimos anos, foram reforçados vários canais institucionais de diálogo, destacando-se: “a realização de diversas reuniões da Comissão Bilateral de Produção e Comércio; a reativação do Comitê Permanente de Política Nuclear; a criação de Mecanismo de Coordenação Política, conduzido em nível de vice-chanceleres; e a retomada de foro de coordenação entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa, em formato de Diálogo Político-Militar”.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, Brasil e Argentina são ligados por uma linha de fronteira que se estende por 1.261 quilômetros. A política de integração fronteiriça é essencial na agenda de cooperação bilateral. Isso é demonstrado pela Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), a qual foi instalada em 2011, sendo a “mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para o encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem anualmente nas localidades fronteiriças dos dois países.” (ITAMARATY, [2020?]a).

Candeas (2005) afirma que, não interessa ao governo brasileiro que a Argentina se desindustrialize ou se enfraqueça economicamente, visto que o Brasil necessita de um parceiro estratégico fortalecido, com o qual seja possível construir poder internacional em um cenário de integração. O autor enfatiza que é a lógica da construção de poder compartilhado (“jogo de soma positiva”) que importa, e não a de reequilíbrio e contenção (“jogo de soma zero”).

Por fim, cabe destacar a densidade das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, citando, conforme o Ministério das Relações Exteriores, a cooperação no setor de energia, em que há o projeto de construção de uma hidrelétrica binacional, Garabi-Panamby, cujo objetivo é trazer a produção de biodiesel e exportar as técnicas para produzir etanol. Já no campo nuclear podem-se citar a criação da Comissão Binacional de Tecnologia Nuclear (COBEN). E um exemplo de projeto de cooperação técnica é o Sabia-mar: um projeto espacial argentino brasileiro, em que a sigla significa Satélite Argentino-brasileiro de Informações Atmosféricas e Marítimas.

3.2 Relações bilaterais Brasil e China

A importância da China para a política externa brasileira cresceu demais no período analisado nesta pesquisa. Este país asiático é atualmente o maior parceiro comercial brasileiro. Investe em diversas áreas no Brasil e possui importantes acordos de parcerias estratégicas. Destaca-se também a participação conjunta no BRICS, bem como certa convergência em votações na AGNU, o que será demonstrado em tópico posterior.

Segundo Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013), a partir do ponto de vista da política externa brasileira, a relação com a China se fortalece nos anos 2000, na busca de fortalecimento da multipolaridade no sistema internacional. E os autores citados ainda dizem que, existe uma expectativa por parte do governo e da sociedade de que a relação próxima com a China contribua para o desenvolvimento e para a projeção internacional do Brasil.

Consoante Itamaraty ([2018?]b), as relações foram estabelecidas em 1974, “nos termos do Comunicado Conjunto assinado quando do estabelecimento das relações diplomáticas, o Brasil reconhece que “a República Popular da China é o único Governo legal da China”, e o Governo chinês reafirma que “Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China”. Com isso, o Brasil deixou de reconhecer Taiwan como entidade de governo soberano e autônomo, rompendo relações diplomáticas com a ilha.

O Brasil apoia a política de “uma só China” e os esforços pacíficos pela reunificação do território chinês, em conformidade com a Resolução nº 2758 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1971, pela qual Pequim retomou seu assento na ONU – inclusive no Conselho de Segurança. Após o estabelecimento das relações diplomáticas, foram abertas as Embaixadas do Brasil em Pequim e da China em Brasília. O Brasil tem Consulados-Gerais em Xangai, Cantão e Hong Kong. A China conta com Consulados-Gerais no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. (ITAMARATY, [2020?]b).

Estas relações diplomáticas entre Brasil e China têm evoluído de forma intensa, com crescente complexidade. É importante destacar que, em 1993, Brasil e China estabeleceram uma “Parceria Estratégica” e, em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Já no ano de 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC), que define os objetivos, as metas e as orientações para as relações bilaterais. Uma versão atualizada desse Plano, com vigência de 2015 a 2021, foi

firmada pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang em maio de 2015, conforme o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (ITAMARATY, [2020?]b).

Ressalta-se também que, no ano de 2012, conforme Itamaraty ([2020?]b), por ocasião da visita ao Brasil do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, as relações sino-brasileiras foram elevadas ao nível de “Parceria Estratégica Global”, estabelecendo o Diálogo Estratégico Global entre Ministros das Relações Exteriores, e firmando o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021).

Pela ótica chinesa, a parceria sino-brasileira é muito estratégica, consoante Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013), a relação com o Brasil se enquadra nos esforços de universalização da sua política externa, na busca de novos mercados e dos suprimentos de recursos naturais, de commodities agrícolas e fontes de energia. A cooperação entre estes países está em pleno desenvolvimento, e em variadas áreas.

Juntamente com o Plano de Ação Conjunta, o Plano Decenal de Cooperação, segundo Itamaraty ([2020?]b), é um dos principais documentos norteadores das relações bilaterais, prevendo ações de longo prazo em áreas essenciais e estratégicas como: “ciência, tecnologia e inovação e cooperação espacial; energia, mineração, infraestrutura e transporte; investimentos e cooperação industrial e financeira; cooperação econômico-comercial; e cooperação cultural e intercâmbio entre as duas sociedades.”

Já o PAC define os objetivos, as metas concretas e as direções a serem tomadas para a cooperação bilateral, buscando a ampliação e o aprofundamento da cooperação bilateral em todas as suas dimensões, bilateral, plurilateral e multilateral, com propósitos específicos e também mecanismos de monitoramento para as Subcomissões da COSBAN e para o Diálogo Estratégico Global (DEG).

Ainda com relação às parcerias estratégicas sino-brasileiras, cabe destacar o Programa Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China (CBERS), para construção e lançamento de satélites. Conforme Itamaraty ([2020?]b), foi estabelecido este programa como projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia:

Foram lançados, desde então, cinco satélites (1999, 2003, 2007, 2013 e 2014). Em 2013, foi assinado o Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022, que prevê a continuidade do Programa CBERS e amplia a cooperação espacial a outros setores, como satélites meteorológicos, serviços de lançamento e formação de pessoal (ITAMARATY, [2020?]b).

A respeito das visitas presidenciais, pode-se notar que, desde 2004, houve uma intensificação das trocas de visitas de alto nível. Segundo informações do Itamaraty, com relação ao lado brasileiro, visitaram a China os Presidentes Lula (2004 e 2009) e Dilma Rousseff (2011) e os Vice-Presidentes José Alencar (2006) e Michel Temer (2013). Pelo lado chinês, visitaram o Brasil os Presidentes Hu Jintao (2004 e 2010) e Xi Jinping (2014), os Vice-Presidentes Xi Jinping (2009) e Li Yuanchao (2015), e os Primeiros-Ministros Wen Jiabao (2012) Li Keqiang (2015).

A mais alta instância permanente de diálogo e cooperação bilateral, a COSBAN, citada acima, criada em 2004, é copresidida pelo Vice-Presidente da República e, do lado chinês, pelo Vice-Primeiro-Ministro encarregado de assuntos econômicos. Conforme informações do Ministério das Relações Exteriores, é por meio de suas onze Subcomissões e sete Grupos de Trabalho que são tratados temas como relações econômicas, financeiras e políticas; agricultura; energia e mineração; cooperação científica, tecnológica e espacial; além de temática como intercâmbio cultural e educacional.

Uma das áreas sem dúvidas de maior intensidade e importância dessa relação é o Comércio. Durante os anos 90, o comércio era basicamente algo que girava em torno de US\$500 milhões a US\$1 bilhão. O Brasil importava basicamente produtos manufaturados de baixo valor agregado.

Em 2001, a China ingressou na OMC. Esta autorizou que os outros Estados considerassem regras de não mercado para o Estado Chinês até dezembro de 2016. Por exemplo, a aplicação de medidas antidumping. Vale explicar rapidamente que o Dumping é quando o preço de venda de um produto é menor que seu preço de produção. Dessa maneira, segundo a regra de não mercado, considera-se que a China faz dumping quando o preço de venda é menor que o preço de venda médio do mercado internacional. Isso faz com que a China consiga aumentar sua capacidade de produção porque aumenta seus lucros.

É muito importante dizer que a China é, desde 2009, conforme informações do Itamaraty (2018), o principal parceiro comercial do Brasil. E está se tornando um dos principais investidores no País. A relação de comércio Brasil-China ampliou-se de forma gigantesca entre 2001 e 2015, passando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Ainda segundo Itamaraty (2018), em 2009, a China passou a figurar não apenas como maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como principal parceiro

comercial do Brasil, pelo critério do fluxo de comércio. Já em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil.

Em 2013, o comércio bilateral chegou a US\$83 bilhões. A pauta de exportação é bem caracterizada por soja, minério de ferro e petróleo, e o Estado brasileiro importa produtos manufaturados. O Brasil é sempre superavitário devido ao grande volume de exportações.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do MDIC, em 2015, o Brasil exportou para a China um total de US\$ 35,6 bilhões e importou deste país US\$ 30,7 bilhões (contra US\$ 40,6 bilhões e US\$ 37,3 bilhões em 2014, respectivamente), obtendo, como resultado, superávit no comércio bilateral de US\$ 4,9 bilhões. Assim, desde 2009, o Brasil acumula um superávit com a China de quase US\$ 46 bilhões (MDIC, 2020).

Com relação aos investimentos externos diretos, A China figura entre as principais fontes de investimento estrangeiro direto no Brasil, conforme Itamaraty ([2020?]b), tendo como destaque os setores de energia e mineração, siderurgia e agronegócio. Observa-se também a diversificação dos investimentos chineses no Estado brasileiro para áreas como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura.

Por outro lado, cabe mencionar que existem importantes investimentos brasileiros na China, segundo o MRE, destacando-se setores como aeronáutico, mineração, alimentos, motores, autopeças, siderurgia, papel e celulose, e serviços bancários.

Destacando ainda mais o aprofundamento das relações sino-brasileiras, pode-se citar a instalação da Embraer na China, bem como algumas empreiteiras brasileiras que participaram na construção da hidrelétrica das Três Gargantas. O estabelecimento do Fórum Empresarial Brasil-China, cujo objetivo central era permitir que empresas brasileiras e chinesas conseguissem fechar mais contratos sem tanta intervenção estatal. Dessa maneira, a China começou a se consolidar cada vez mais como importante investidor no Brasil.

A relevância da parceria estratégica, especialmente no que tange ao fluxo comercial e de investimentos, segundo Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013), é bem evidenciada no governo Lula (2003-2010), no qual a relação bilateral ganhou um caráter especial, caracterizado por uma combinação de crescimento extraordinário do fluxo de comércio e investimentos entre os dois países, demonstrando a orientação da política externa brasileira com a recente prioridade atribuída às relações Sul-Sul e, de forma especial, com os outros países chamados emergentes.

Conforme Itamaraty ([2020?]b), a cooperação financeira entre os países tem-se intensificado bastante, nos âmbitos bilateral e multilateral. Tem-se a atuação de diversos bancos chineses no Brasil, bem como o Banco do Brasil conta com agência em Xangai, desde maio de 2014. Esta se trata da primeira agência de um banco latino-americano na China.

Ainda com relação à cooperação financeira, em 2013, foi assinado acordo de swap de moeda local, com vistas a salvaguardar o comércio bilateral em eventuais situações de crise econômica, consoante informações do Ministério das Relações Exteriores.

Vale destacar também que, em 2015:

Os dois países decidiram criar o Fundo Brasil-China para Expansão da Capacidade Produtiva, no valor de US\$ 20 bilhões, vislumbrando o fomento de investimentos em infraestrutura e logística, energia, mineração, manufaturas, agricultura, entre outros, no âmbito do Acordo-Quadro para o Desenvolvimento do Investimento e Cooperação na área de Capacidade Produtiva entre o Ministério do Planejamento e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (NDRC, sigla em inglês), assinado durante a visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil (maio de 2015) (ITAMARATY, [2020?]b).

É importante notar que o Brasil passou a enxergar a China como um parceiro no fortalecimento do multilateralismo. Acredita-se que ela poderia apoiar algumas reformas internacionais, dentre elas que o grupo dos 20 (G20) e, não o grupo dos 7 (G7), tome as decisões principais do cenário internacional e a desejada reforma do CSONU. Há também a participação brasileira em alguns grupos com a China como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e o Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC). Percebe-se que a inserção brasileira no plano internacional passa de boa maneira pela China.

Reforçando que a participação em arranjos coletivos multilaterais é um aspecto muito relevante da relação entre os dois países, Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013) argumentam que, ambos os países são membros dos BRICS, bem como destaca que a China também fez parte da coalizão G-20 comercial na Rodada Doha da OMC, a qual foi liderada pelo Brasil.

Por fim, Itamaraty ([2020]b) explica que a atuação conjunta sino-brasileira nos mecanismos internacionais supracitados (BRICS, BASIC, G20) propicia uma aproximação, um engajamento dos países a respeito de diversos tópicos da agenda internacional, tais como economia, desenvolvimento e mudanças climáticas. Cabe destacar a criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS e o Acordo Contingente de Reservas, os quais serão de grande importância para a ampliação dos canais de financiamento para projetos de desenvolvimento,

além de servir de proteção aos países membros diante de desequilíbrios de balança de pagamentos. Segundo informação do MRE, em abril de 2015, O Brasil tornou-se membro fundador do Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB)

3.3 **Relações Bilaterais Brasil – EUA**

Brasil e EUA possuem ótimas relações bilaterais centenárias. Pode-se dizer que sempre existiram alguns percalços, alguns altos e baixos, mas é uma parceria bem consolidada e madura. A importância dos EUA para a política externa brasileira é tão grande que esta costuma dar nome a uma das divisões de dois principais paradigmas daquela política: Americanismo e Globalismo.

Sabe-se que até 1961, ou seja, até o advento da Política Externa Independente (PEI), a política externa brasileira era americanista ideológica (alinhamento sem vantagens) ou americanista pragmática (racionalização dos interesses). Assim, a relevância dos EUA para a política externa brasileira sempre foi e ainda é muito grande.

Hirst (2011) divide a relação em cinco momentos, os denominados “5As”: aliança (primeiras décadas da etapa republicana); alinhamento (contexto da II Guerra Mundial); autonomia (governo Geisel, sobretudo a partir de 1977 quando o Brasil rompe o Acordo Militar); ajustamento (fim da Guerra Fria); afirmação (contemporaneidade – o Brasil ganha espaço).

De acordo com o período analisado neste presente trabalho, 1997 a 2014, as relações bilaterais se enquadram, consoante Hirst (2011), nos períodos de Ajustamento e Afirmação.

É importante ressaltar que, ainda que a política externa contemporânea brasileira se pautasse na busca pela autonomia, por diversos acordos regionais e multilaterais, pela cooperação Sul-Sul, os EUA nunca deixaram de ser senão o principal, um dos principais parceiros mundiais.

Segundo Itamaraty ([2020?]b), a força e o dinamismo das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos são demonstrados pelos mais de trinta mecanismos de diálogo entre os Governos dos dois países, os quais tratam de temas como comércio, investimentos, energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa, segurança e cooperação trilateral.

Ainda conforme o Itamaraty ([2020?]b), dentre os principais fóruns de coordenação bilateral, destacam-se: “Diálogo de Parceria Global (conduzido pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil e o secretário de Estado dos Estados Unidos); Diálogo de Cooperação em Defesa (conduzido pelo ministro da Defesa do Brasil e o secretário de Defesa dos Estados Unidos); Diálogo Estratégico em Energia; e Diálogo Econômico-Financeiro.”

Vale dizer que, conforme informações do MRE, os quatro fóruns supracitados, assim como o Fórum de Altos Empresários Brasil–Estados Unidos, têm suas recomendações submetidas à atenção dos presidentes de ambos os países.

Cabe destacar um pouco da estratégia de política externa empreendida por cada governo no período de estudo deste trabalho. Assim, já no início dos primeiros anos do presidente FHC, a diplomacia brasileira ficou caracterizada pela busca da “autonomia pela integração”. Conforme Hirst (2011), a política internacional do presidente FHC baseava-se em quatro pilares: continuidade das premissas essenciais da política externa brasileira, a importância da estabilidade econômica, a projeção da democracia, e as novas oportunidades que poderiam ser geradas pela diplomacia presidencial.

Segundo Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), a “autonomia pela integração”, bem como as boas relações bilaterais com os Estados Unidos eram questões entendidas como fundamentais para a ampliação da inserção internacional brasileira a partir do espaço sul-americano.

No segundo mandato de FHC, houve alguns constrangimentos na relação bilateral. Consoante Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), FHC criticou o **Plano Colômbia** de ajuda militar a Colômbia contra a guerra às drogas; disse não a ALCA na gestão Celso Lafer; e cabe também destacar a conquista na Conferência da OMC, em Doha, com relação à quebra de patentes.

Contudo, Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) salientam que o pragmatismo e a busca por uma postura de cooperação, sem renunciar os interesses próprios, possibilitaram um certo equilíbrio nas relações Brasil e Estados Unidos. Isso evitou perdas de maior relevância, mesmo quando os ganhos não atingiram os níveis esperados.

Um excelente período da relação foi durante o governo Lula com o presidente americano Bush. O Brasil passou a ser visto como interlocutor necessário dos EUA.

O chancelar de Lula foi o mesmo de Itamar Franco: Celso Amorim. A ideia de presença, ampla universalista foi mantida. É importante dizer que Lula contou com uma realidade internacional favorável.

Contudo à medida que o Brasil ganhou maior presença, protagonismo no cenário internacional, houve alguns desencontros com os EUA. Isso confirmou que a relação bilateral era madura: a confiança entre as partes não era afetada pelos desencontros, por algumas divergências. Pode-se citar a negociação brasileira com o Irã e Turquia do Tratado de Teerã.

Fora criado uma série de grupos de cooperação binacional chamados de diálogos (nome derivado da fala de Condoleezza Rice que afirmou haver um diálogo estratégico entre EUA-Brasil). Atualmente tem-se mais de 30 grupos sobre energia, finanças, parceria global, conforme Itamaraty ([2020?]c).

Já no governo Dilma, especialmente no seu primeiro mandato, a política externa brasileira pareceu ser desprovida de estratégia clara para inserção internacional. Dilma tentou manter os passos de Lula, mas não conseguiu.

Logo no começo do mandato, o então presidente dos EUA, Barack Obama, visitou o Brasil e declarou que apreciava o pleito brasileiro ao Conselho de Segurança da ONU, contudo sem declarar apoio explícito e formal.

Cabe destacar também que foi nesse período em que ocorreu o episódio de espionagem que levou ao adiamento da visita de Estado brasileira aos EUA (a última tinha sido em 1995). A presidenta Dilma acabou não realizando a visita de Estado. A partir deste episódio, Brasil e Alemanha patrocinaram a resolução de privacidade na era digital como direito humano na Assembleia Geral da ONU.

Com relação ao fluxo comercial entre Brasil e EUA, segundo Hirst (2011), a partir de 1990 ocorreu um crescimento significativo nas transações bilaterais. Em 1990 o intercâmbio era de 12 bilhões de dólares, já em 1995 passou para 19 bilhões e nos anos 2000, o fluxo já estava em 26 bilhões da moeda americana. É importante notar que, conforme Hirst (2011), a partir da metade da década de 1990 a relação era deficitária para o lado brasileiro, após anos de superávits.

Ainda segundo Hirst (2011), a partir do ano de 2002 a tendência de déficits do lado americano no intercâmbio comercial retornou e até mesmo foi aprofundada. Em 2005 o fluxo

comercial cresceu próximo de 100% quando comparado com a década anterior, e o superávit brasileiro se aproximava dos 10 bilhões de dólares.

Voltando há alguns dados relevantes dessa importante relação bilateral, consoante Itamaraty ([2020?]c), os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Os EUA são também o principal destino de exportação de produtos brasileiros manufaturados e semimanufaturados, os quais compõem aproximadamente 75% da pauta exportadora brasileira para os EUA.

Já com relação aos investimentos diretos norte-americanos no Brasil, Hirst (2011), destaca que a política econômica do Governo FHC, com a estabilidade que o plano Real trouxe, com as privatizações de algumas empresas brasileiras, além de um cenário de manutenção de juros altos no país, aquela beneficiou e atraiu muito investimentos de capitais estrangeiros. Hirst (2011) ressalta ainda que, entre 1991 e 1998, os Estados Unidos mais que triplicaram seus investimentos no Brasil.

No Governo Lula, consoante Hirst (2011), ainda que os volumes de IEDs no Brasil por parte de Washington tenha permanecido relativamente estáveis, o país passou do décimo lugar em 1990 para o décimo oitavo em 2005 e 2007, observando, assim, uma redução da importância do país como destino dos investimentos externos dos Estados Unidos.

De acordo com dados do Banco Central, os Estados Unidos continuam a ser o país com maior volume de investimento externo direto no Brasil, com estoque no valor de US\$ 116 bilhões, até 2013. Já o estoque de investimentos diretos brasileiros nos EUA cresceu de US\$ 7,3 bilhões em 2009 para US\$ 22,4 bilhões em 2014.

Segundo Itamaraty ([2020?]c), os fluxos estão se tornando mais equitativos, não porque os investimentos norte-americanos decaíram, mas sim porque os investimentos brasileiros cresceram em ritmo mais acelerado. Como exemplo citado: “em 2000, para cada dólar investido nos EUA por empresas brasileiras, cerca de 47 dólares eram investidos no Brasil por empresas norte-americanas; em 2014, essa razão caiu para 3 dólares de empresas norte-americanas para cada dólar investido por empresas brasileiras.”

Vale ressaltar que, utilizando ainda como fonte o Itamaraty ([2020?]c), Brasil e Estados Unidos mantêm programas de cooperação trilateral em países como Haiti, Egito, Moçambique e Angola, contribuindo muito para o desenvolvimento social e econômico

desses países. Algumas das áreas mais beneficiadas por essas parcerias são: a agricultura, o combate ao trabalho infantil, a produção de medicamentos, bem como o combate à fome.

É importante também mencionar, consoante Itamaraty ([2020?]c), o desenvolvimento da produção do etanol, especialmente na América Central e no Caribe, regiões tradicionais de produção canavieira, que também é foco de cooperação trilateral, buscando sempre atender aos pedidos dos países que recebem o apoio. Dessa forma é nítido o quão forte é essa relação, bem como diversificada. Como reflexo do dinamismo da relação bilateral.

Essa dinâmica das relações bilaterais entre os dois países evidencia o vigor do processo contínuo de reforço do diálogo político bilateral no mais alto nível, do aprofundamento das relações econômico-comerciais, do fortalecimento da cooperação em defesa e segurança, do fomento à cooperação em matéria de ciência, tecnologia e inovação e da facilitação do fluxo de pessoas (ITAMARATY, [2020?]c).

Com relação à estrutura de poder entre esses dois países em questão, Hirst (2011) diz que esta sempre ocorreu de forma assimétrica. Ou seja, enquanto para os EUA, o Brasil possui importância limitada nas questões de política internacional, bem como nos aspectos da segurança mundial, o inverso não é aplicado. O governo brasileiro, no período contemporâneo, manteve-se atento à política externa norte-americana, avaliando as desvantagens e vantagens dos pontos de convergência e de divergência em relação aos EUA.

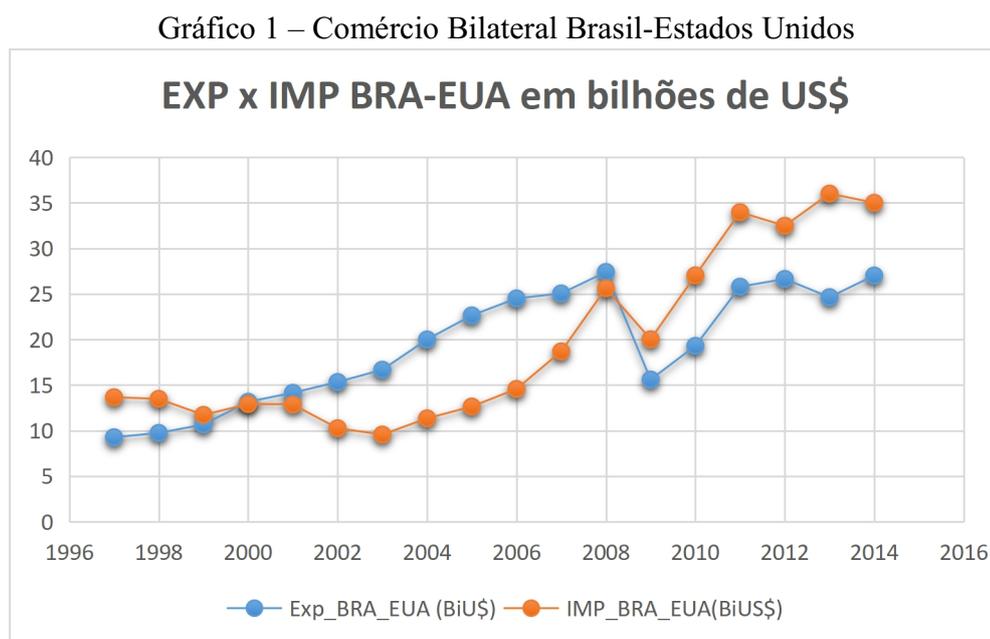
4 DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES ÀS VARIÁVEIS INDEPENDENTES E DEPENDENTE

Neste capítulo foi feita uma demonstração da construção dos dados pesquisados referentes às variáveis independentes e a variável dependente, bem como uma análise dos gráficos levantados a partir das tabelas desenvolvidas, com base nas relações do Brasil e seus três parceiros pesquisados.

4.1 Comércio internacional

O comércio internacional do Brasil diante de seus aliados, Argentina (Mercosul), China e Estados Unidos, conforme explicado no capítulo 2 deste trabalho, é um fator muito importante considerado nesta pesquisa, isto é, a partir dele utiliza-se duas variáveis independentes para a análise da convergência das votações na AGNU. São elas: as exportações e as importações do Estado brasileiro perante seus aliados estudados.

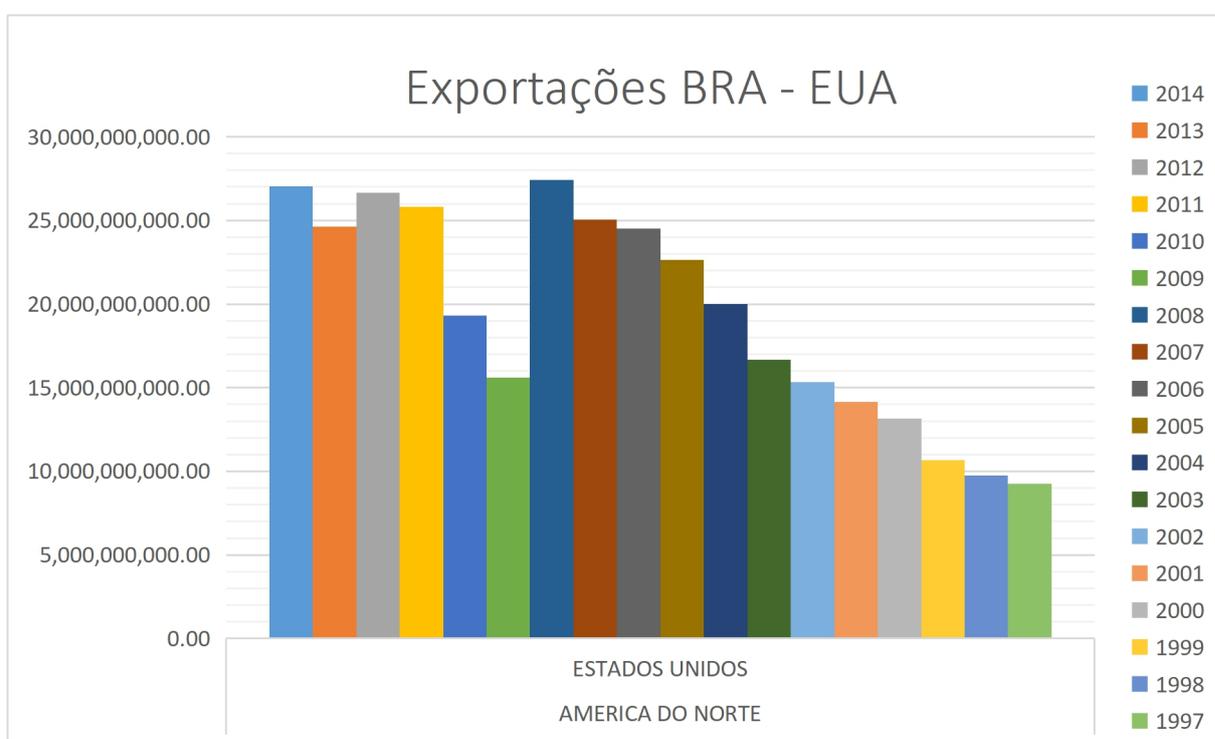
Para a construção dos gráficos e análises a seguir foram utilizadas fontes do governo brasileiro, especificamente o sítio do atual Ministério da Economia (MDIC, 2020), a partir das séries históricas disponibilizadas. É importante notar que os gráficos de barras abaixo possuem legenda crescente da direita para a esquerda.



A partir do gráfico 1 pode-se observar como as trocas comerciais entre Brasil e EUA sempre foram relevantes. Vale lembrar que, como já supracitada no presente trabalho, esta é uma relação atualmente equilibrada quando se diz respeito aos produtos primários e manufaturados.

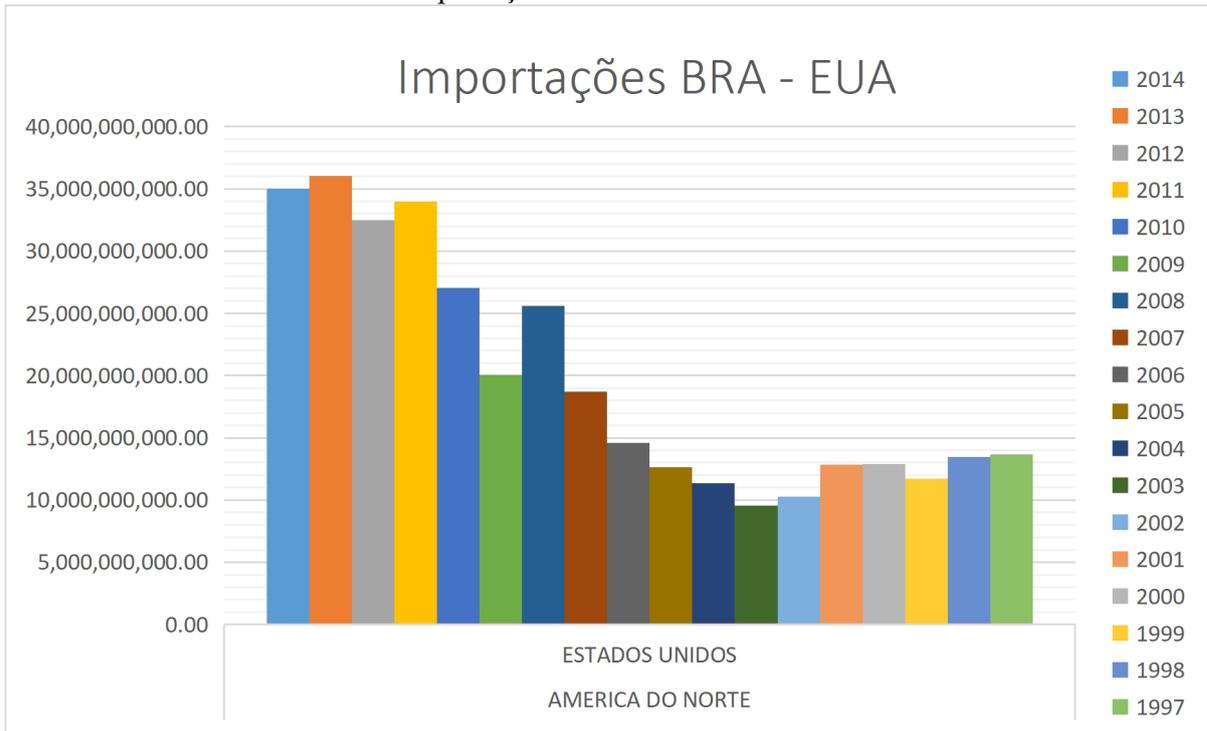
Nos anos de 2013 e 2014 foi superada a marca de 60 bilhões de dólares em trocas comerciais. Apesar de ter sido superado pela China como maior parceiro comercial brasileiro, o comércio entre Brasil e EUA é de fundamental importância para as estratégias de política externa brasileira.

Gráfico 2 – Exportações do Brasil para Estados Unidos em US\$



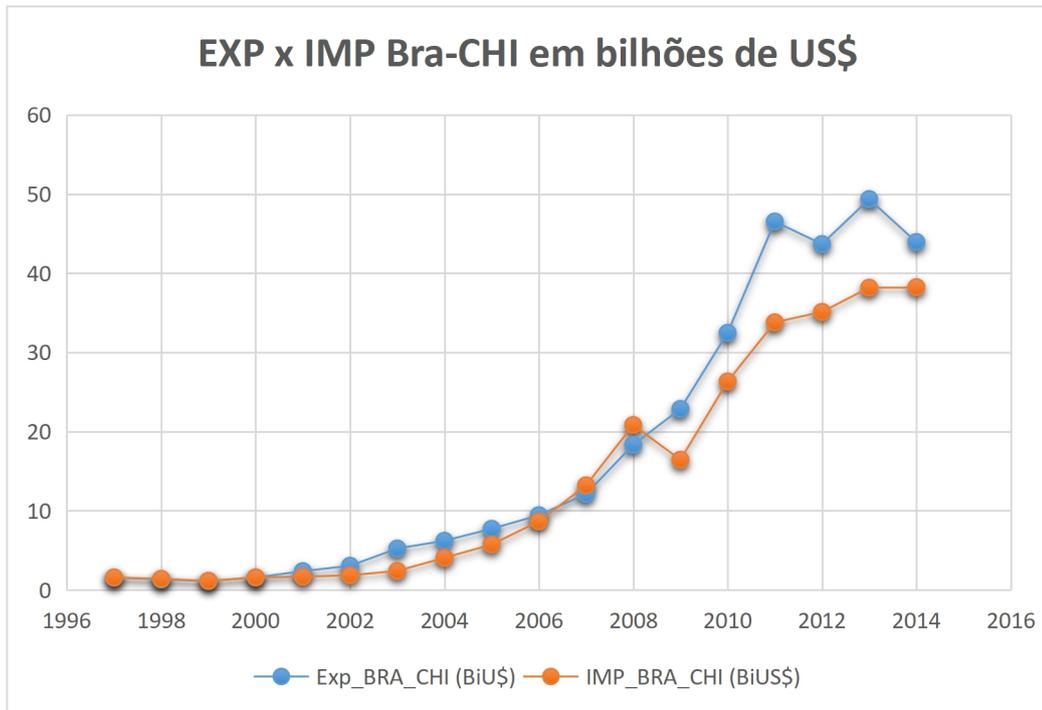
Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Gráfico 3 – Importações Brasil-Estados Unidos em US\$



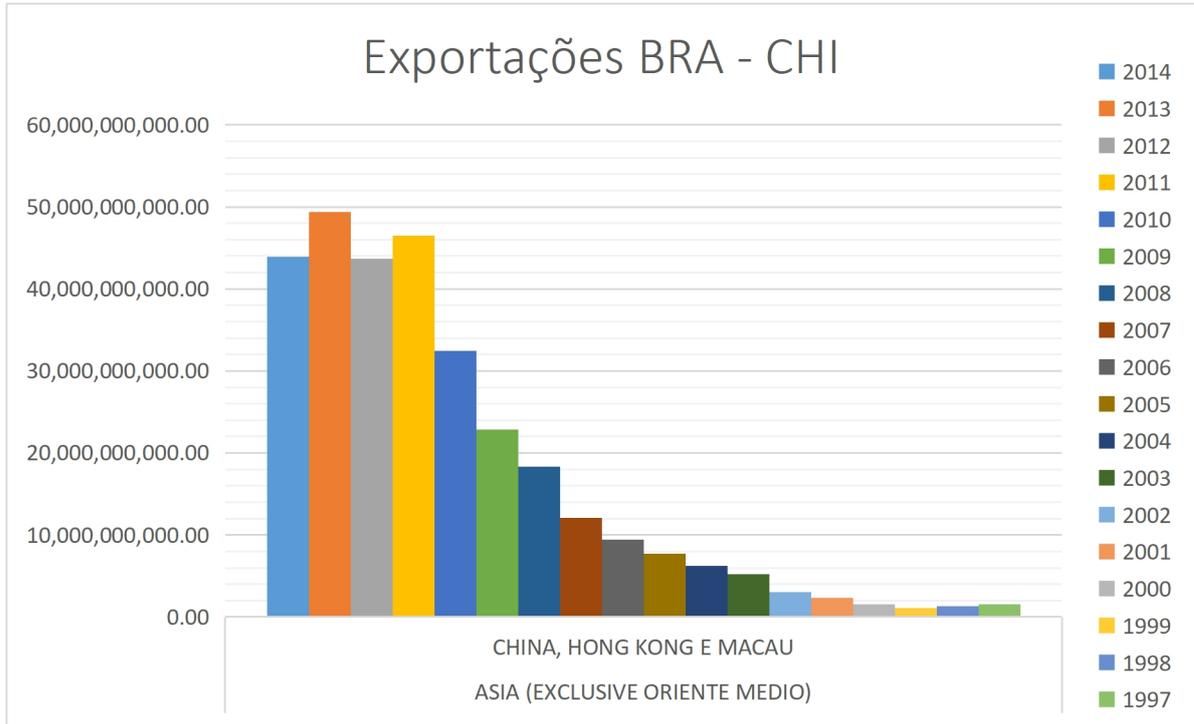
Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Gráfico 4 – Comércio Bilateral Brasil-China



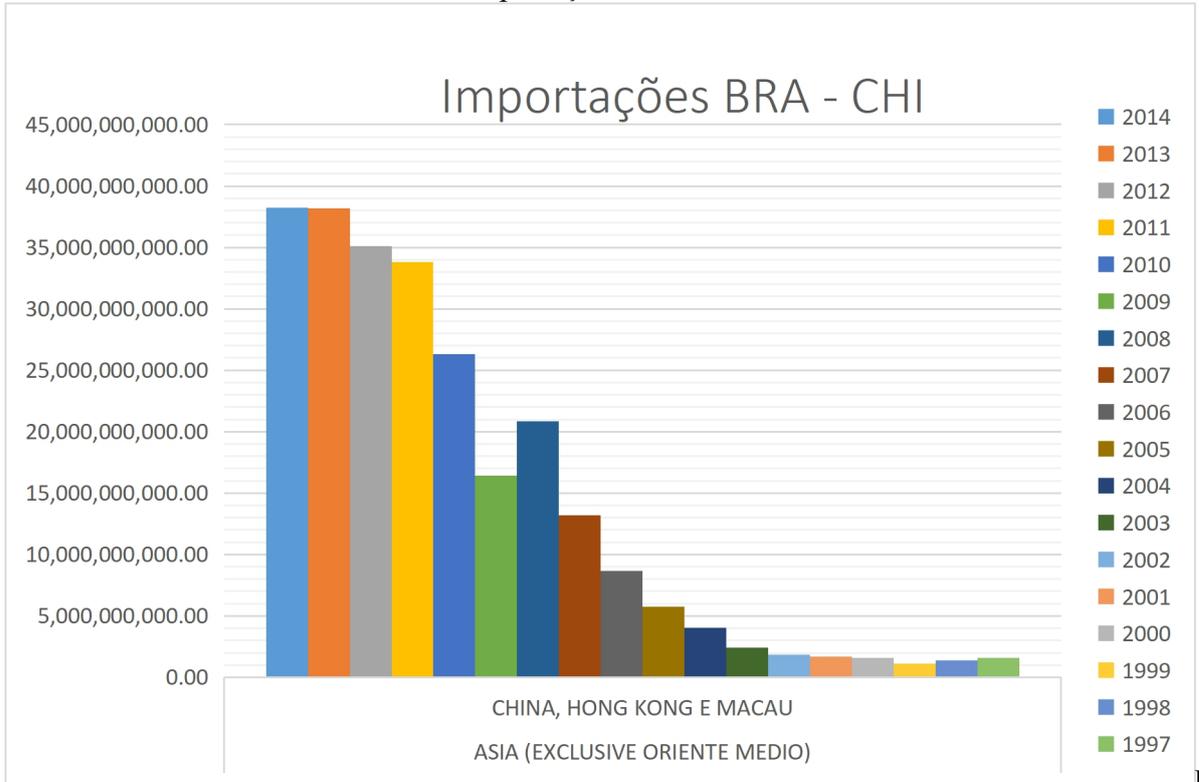
Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Gráfico 5 – Exportações do Brasil para China em US\$



Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Gráfico 6 – Importações Brasil-China em US\$



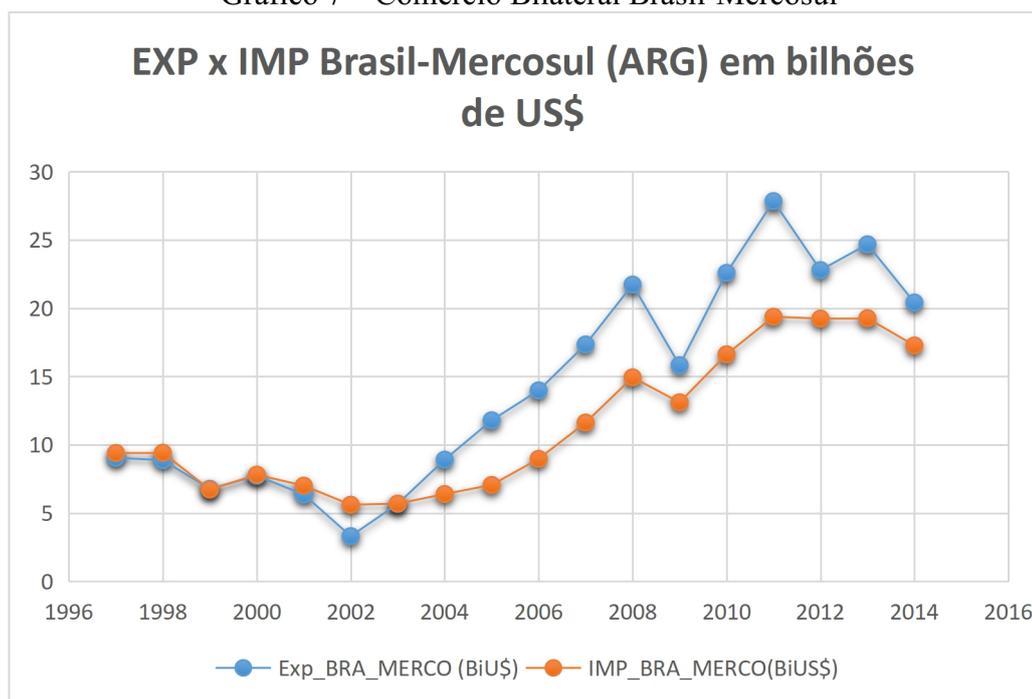
Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

É nítido como o comércio entre Brasil e China cresceu a partir da entrada da China na OMC, ou seja, a partir de 2001. No governo Lula é que são fortalecidas as bases para o crescimento dessa parceria, especialmente pela cooperação Sul-Sul, pelo multilateralismo, pelos arranjos e mecanismos internacionais. A partir de 2010 o salto do comércio é ainda mais significativo superando a casa dos 50 bilhões de dólares.

É importante observar que a base de dados utilizadas para a construção dos gráficos levou em conta China, Hong Kong e Macau, conforme o MDIC (2020). A partir de 2009, como já fundamentado no capítulo 3, a China se tornou o destino de maior exportações brasileiras, superando os EUA.

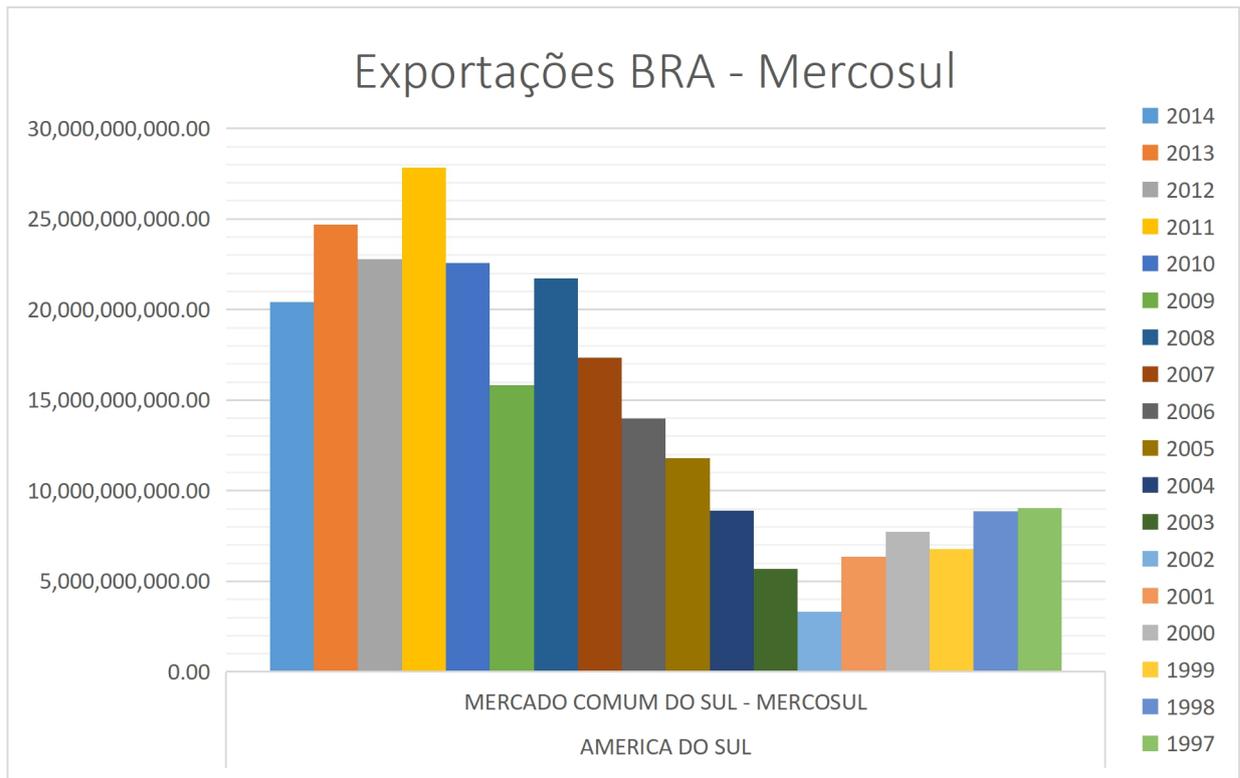
Por fim cabe destacar que o crescimento da parceria comercial, observada a partir do governo Lula, continuou de forma relevante, atingindo a máxima em 2013, em que o fluxo financeiro de mercadorias praticamente dobrou em relação ao ano de 2009.

Gráfico 7 – Comércio Bilateral Brasil-Mercosul



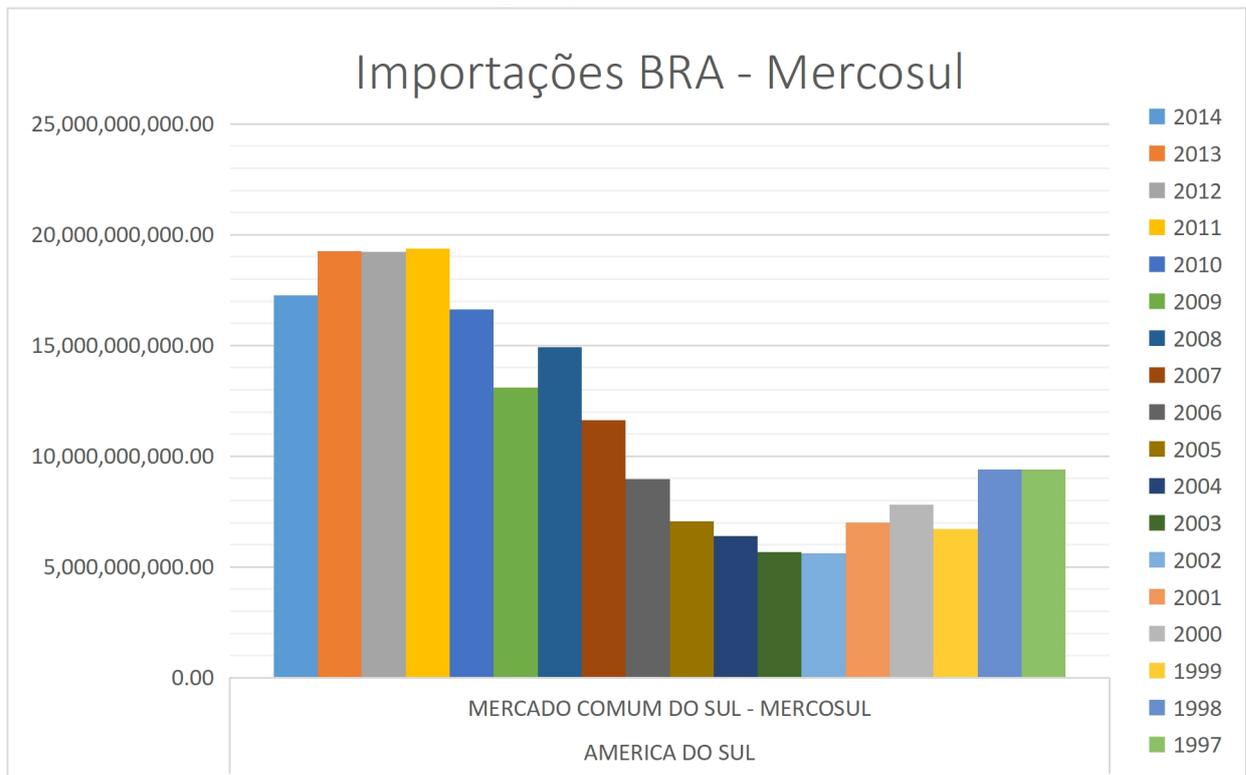
Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Gráfico 8 – Exportações do Brasil para Mercosul em US\$



Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Gráfico 9 – Importações Brasil-Mercosul em US\$



Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

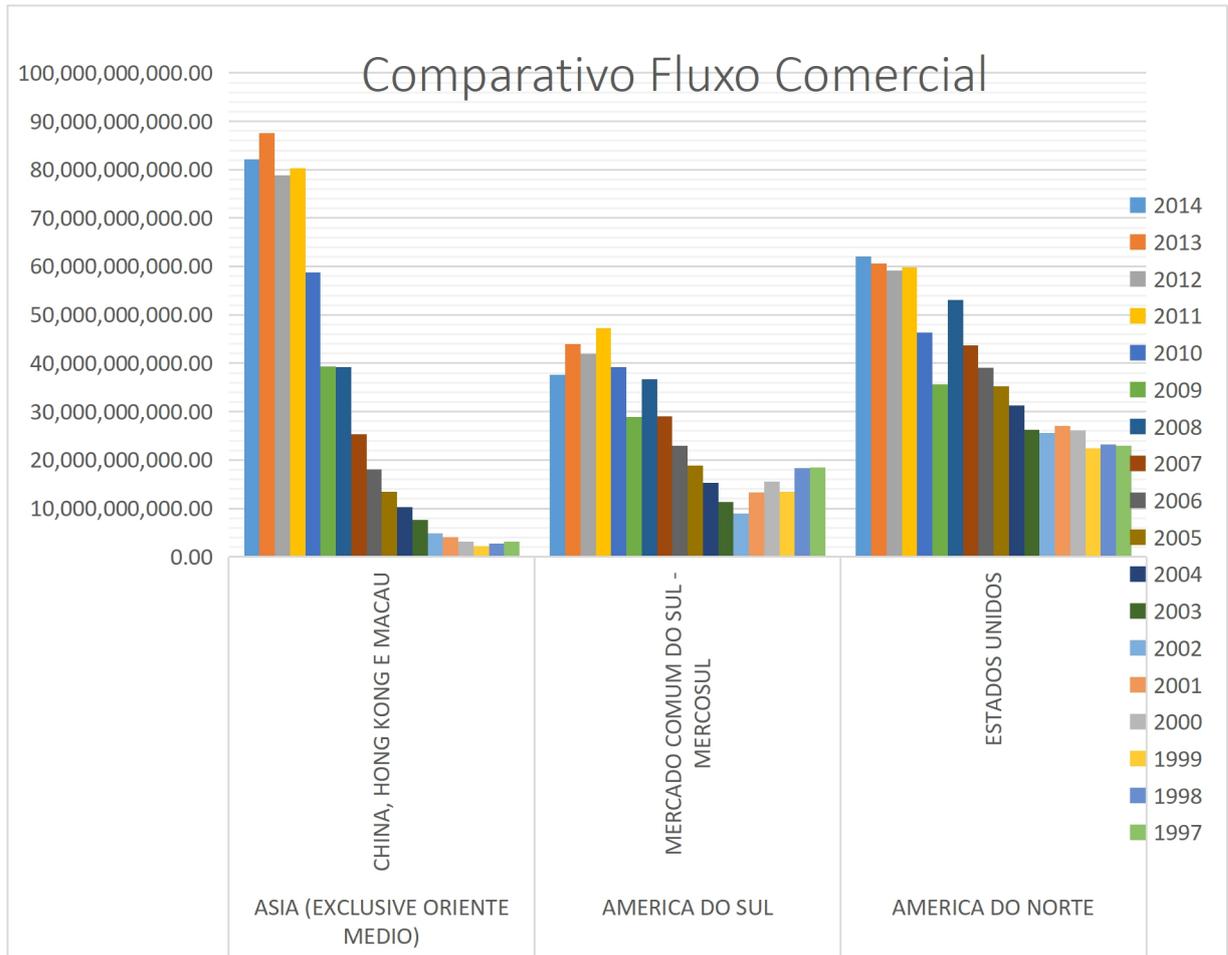
Primeiramente, cabe ressaltar que, um dos países em estudo nas relações bilaterais brasileiras é a Argentina, como já fundamentado nos capítulos anteriores. Contudo, para a análise do fluxo comercial tomou-se a negociação via Mercosul, a partir dos dados fornecidos pelo MDIC (2020). Além da disponibilidade dos dados neste sítio que é feita entre Brasil e o Bloco citado, isso pode ser justificado pela negociação comercial que é feita por meio desta união aduaneira.

Segundo o Estado argentino, como já bem fundamentado no capítulo 3, é um parceiro histórico e estratégico brasileiro. O intervalo de estudo deste trabalho, coincide com o fortalecimento do Mercosul, além de uma política externa brasileira focada também em uma maior integração regional. Portanto, para esta variável independente em estudo, o impacto de optar por tomar os dados do bloco e não do país por si só, será irrelevante, tendo em vista o protagonismo de Brasil e Argentina no bloco, bem como pelo volume proporcional das trocas comerciais.

Assim, a partir dos gráficos de números 7, 8 e 9, pode-se notar a relevância que o comércio entre Brasil e o Mercosul tem. Os números no segundo mandato do governo FHC diminuíram em relação aos anos de 1997 e 1998. Contudo, a partir do Governo Lula, o fluxo comercial foi crescendo constantemente, o que pode ser explicado pela agenda de fortalecimento da integração regional, bem como o forte alinhamento sul-sul.

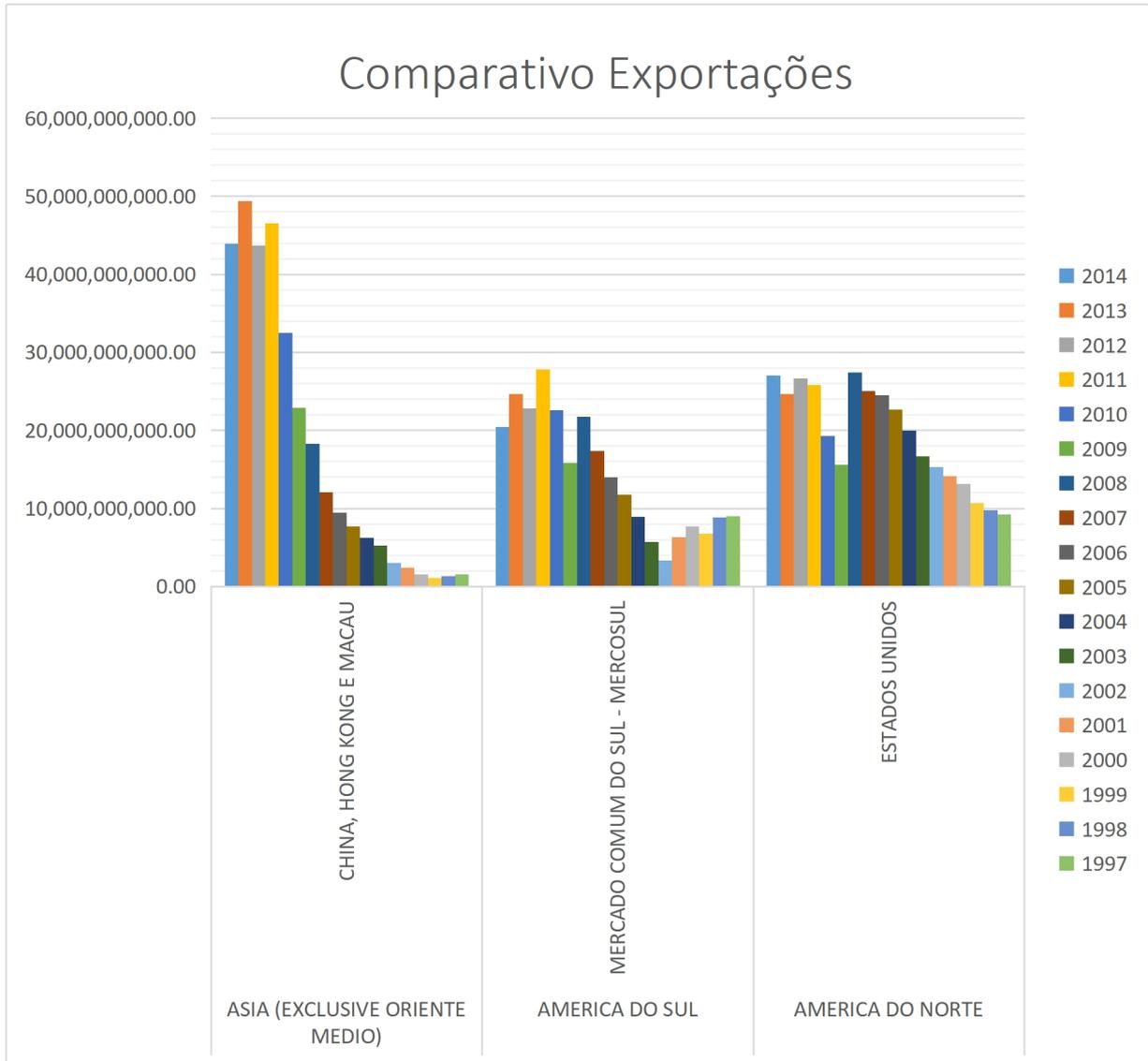
No Governo Dilma, houve crescimento nos dois primeiros anos, atingindo a máxima no intervalo de análise no ano de 2011. Por fim, destaca-se uma troca comercial favorável ao Brasil, isto é, as exportações anuais superam as importações que o Estado brasileiro faz perante ao bloco em análise.

Gráfico 10 – Comércio Bilateral Brasil-Mercosul versus Brasil-China versus Brasil-EUA em US\$



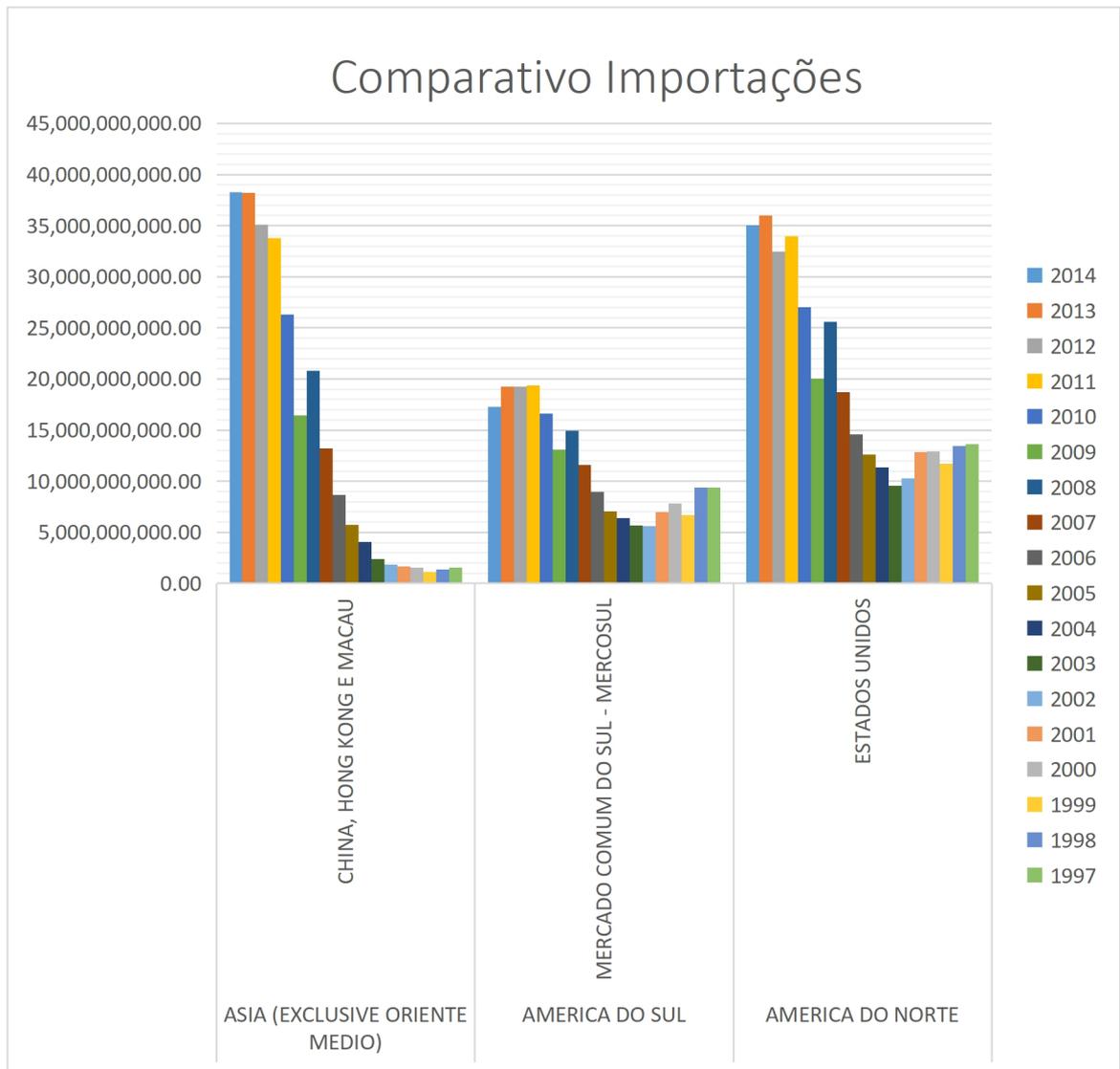
Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Gráfico 11 – Exportações Brasil-Mercosul versus Brasil-China versus Brasil-EUA em US\$



Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Gráfico 12 – Importações Brasil-Mercosul versus Brasil-China versus Brasil-EUA em US\$



Fonte: MDIC (2020). Adaptado.

Nos gráficos de número 10, 11 e 12, são comparados lado a lado a troca comercial do Brasil diante de cada parceiro em estudo. Sabe-se, pela análise qualitativa e pela fundamentação já demonstradas em capítulos anteriores, da importância também destes três parceiros quanto ao comércio bilateral. Isso pode ser observado no gráfico a partir do alto volume das trocas de mercadorias, bem como do crescimento nítido nas três relações bilaterais ao longo dos anos de estudo deste trabalho.

4.2 CINC e POWER GAP

O *Power Gap*, conforme explicado no capítulo 2 deste trabalho, é uma variável independente e caracteriza-se pela diferença de poder entre os pares de países analisados, consoante Mourón e Urdínez (2014).

Vale lembrar que este indicador deriva do CINC, o qual é o Índice Composto das Capacidades Nacionais. Para o cálculo deste, utiliza-se os seguintes indicadores: (1) População total do país; (2) População urbana; (3) Produção de ferro e aço; (4) Consumo de Energia; (5) Capacidade/tamanho do contingente militar; (6) Recursos militares do país.

Dessa forma, para a construção dos dados e determinação do *Power Gap*, utilizou-se os valores de CINC da planilha NMC 5.0V (CORRELATES OF WAR, 2020), conforme tabela 1.

Tabela 1 – CINC's do Brasil, EUA, China e Argentina

Ano	EUA	CHI	BRA	ARG
1997	0,1395226	0,1492361	0,0263278	0,0060907
1998	0,1416442	0,154259	0,0264685	0,006269
1999	0,1426249	0,1576226	0,0257628	0,0061934
2000	0,1428047	0,1623998	0,0250664	0,0060208
2001	0,1414571	0,1654946	0,024353	0,0058242
2002	0,1537646	0,152607	0,0252763	0,0058882
2003	0,1519185	0,1601365	0,0247924	0,006024
2004	0,1515293	0,1681193	0,0247216	0,0059424
2005	0,1565189	0,1713495	0,0247262	0,0058913
2006	0,1544305	0,1787783	0,0243616	0,0058479
2007	0,1497976	0,185799	0,0247323	0,005751
2008	0,1478703	0,1893755	0,0257272	0,0057503
2009	0,1459863	0,2081897	0,0243917	0,0056068
2010	0,1480978	0,2069878	0,0253907	0,0056218
2011	0,143291	0,2122435	0,0253812	0,0056944
2012	0,1393526	0,2181166	0,0250626	0,0056534

Ano	EUA	CHI	BRA	ARG
2013	0,139	0,219	0,025	0,0056
2014	0,138	0,219	0,025	0,0056

Fonte: Correlates of War (c2020). Adaptado.

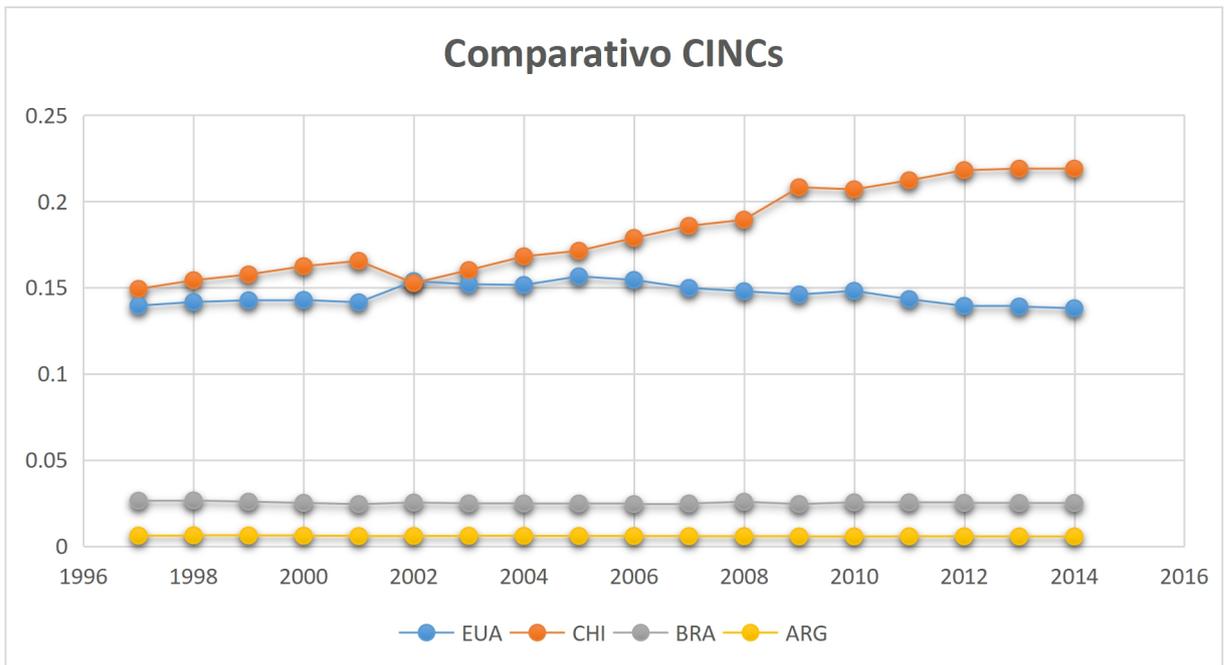
Com os valores de CINC de cada país, pôde-se calcular, finalmente o *Power Gap*, o qual é obtido pela diferença do índice composto do Brasil perante seus pares, conforme demonstra a tabela 2. É importante ressaltar que a periodicidade dos dados é anual.

Tabela 2 – *Power Gap* do Brasil e seus parceiros: Argentina, China e EUA

Ano	PG_BRA_ARG	PG_BRA_CHI	PG_BRA_EUA
1997	0,0202371	0,1229083	0,1131948
1998	0,0201995	0,1277905	0,1151757
1999	0,0195694	0,1318598	0,1168621
2000	0,0190456	0,1373334	0,1177383
2001	0,0185288	0,1411416	0,1171041
2002	0,0193881	0,1273307	0,1284883
2003	0,0187684	0,1353441	0,1271261
2004	0,0187792	0,1433977	0,1268077
2005	0,0188349	0,1466233	0,1317927
2006	0,0185137	0,1544167	0,1300689
2007	0,0189813	0,1610667	0,1250653
2008	0,0199769	0,1636483	0,1221431
2009	0,0187849	0,183798	0,1215946
2010	0,0197689	0,1815971	0,1227071
2011	0,0196868	0,1868623	0,1179098
2012	0,0194092	0,193054	0,11429
2013	0,0194	0,194	0,114
2014	0,0194	0,194	0,113

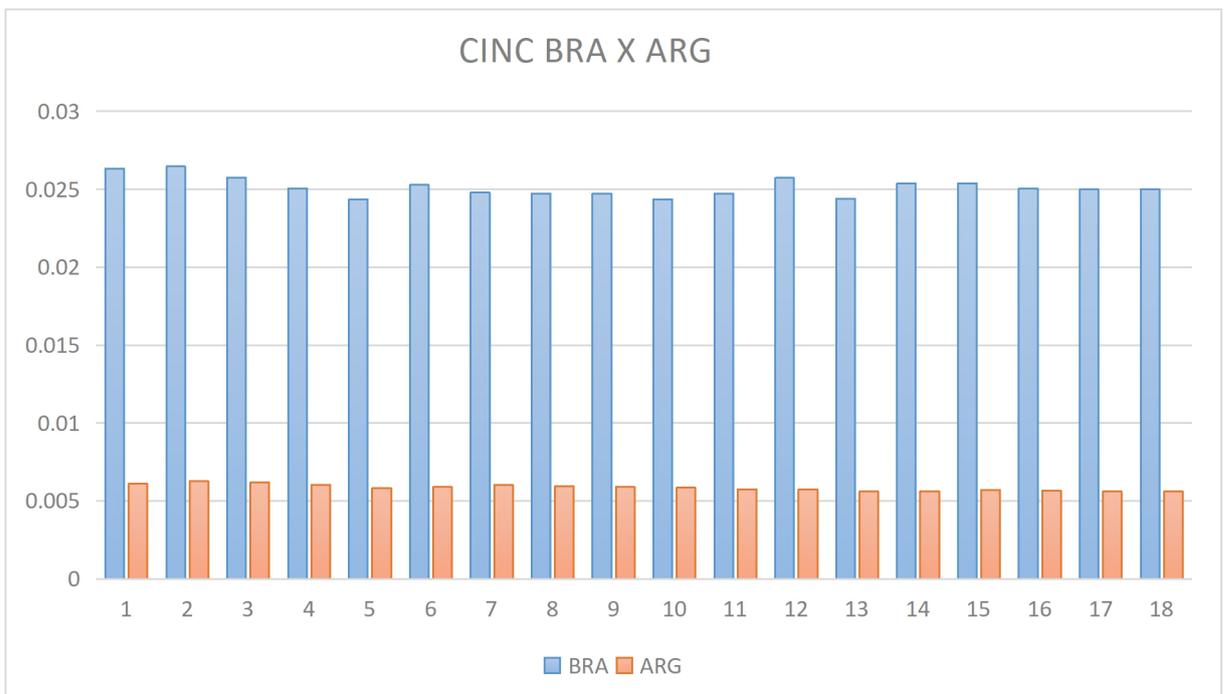
Fonte: Correlates of War (c2020). Adaptado.

Gráfico 13 – Comparativo dos CINC's de Brasil, Argentina, China e EUA



Fonte: Correlates of War (c2020). Adaptado.

Gráfico 14 – Comparativo dos CINC's de Brasil e Argentina



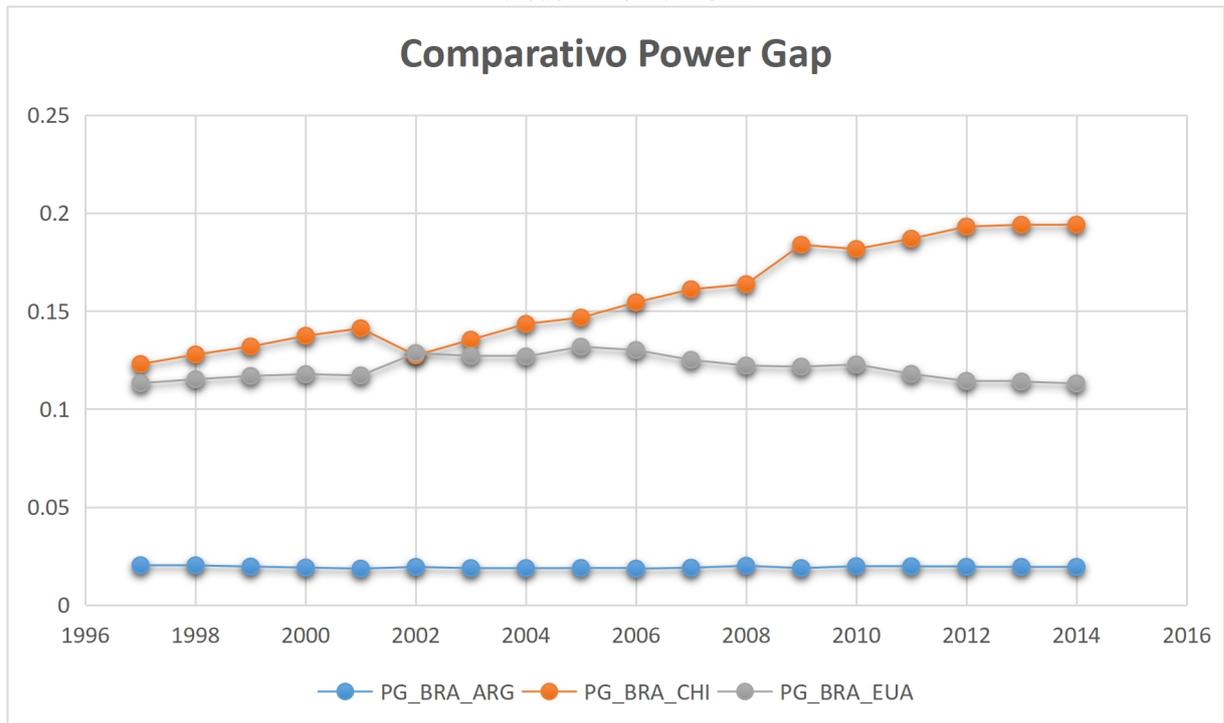
Fonte: Correlates of War (c2020). Adaptado.

A partir do gráfico de número 13, pode-se notar que o valor do índice da China cresceu consideravelmente, mais de 30% de 1997 a 2012. Por outro lado, o Cinc dos EUA

apresentou dois anos de crescimento em relação aos seus antecessores, 2002 e 2005. Mas, no intervalo analisado no gráfico ele se manteve em uma média de 0,145.

Já os CINCs de Brasil e Argentina permaneceram praticamente estáveis no período de estudo. No gráfico 14, destacado para melhor visualização, pode-se observar uma mínima variação no índice brasileiro, enquanto o da Argentina é praticamente estável.

Gráfico 15 – Comparativo de *Power Gap* entre Brasil e Argentina versus Brasil e China versus Brasil e EUA



Fonte: Correlates of War (c2020). Adaptado.

No gráfico de número 15, analisa-se os valores que são testados no modelo estatístico, isto é, trata-se dos valores da variável independente *power gap*, em outras palavras, são medidas da diferença de poder entre o Brasil e seus parceiros estratégicos ao longo do intervalo destacado.

A partir da tabela 2, foi concebido o gráfico supracitado, buscando comparar as três curvas de *power gap*. Nota-se que a diferença de poder entre Brasil e China aumentou consideravelmente a partir do Governo Lula e a esta tendência se manteve também nos primeiros anos do mandato de Dilma Rouseff.

Já com relação às diferenças de poder entre Brasil e os países Argentina e Estados Unidos, estas permaneceram bem estáveis ao longo do período analisado. Uma ressalva deve

ser feita no leve aumento do *power gap* entre o Estado brasileiro e os EUA durante os últimos anos do governo FHC, bem como o ano de 2005 no governo Lula. Contudo, após 2005 a diferença foi diminuindo gradualmente, atingindo em 2012 o mesmo estágio de 1997.

Por fim, ainda com relação ao gráfico de número 15, vale ressaltar o ano de 2002, quando pode-se verificar uma maior diferença de poder da China em relação ao Brasil quando comparado com o *power gap* entre EUA e o maior país sul-americano.

4.3 Investimento Externo Direto (IED)

Esta variável independente, denominada Investimento Externo direto, é também conhecida como investimento estrangeiro direto. Para a construção dos gráficos e, posterior análise quantitativa, tomou-se dados das séries históricas no sítio do Bacen (Banco Central do Brasil, 2020), especificamente das planilhas denominadas de “Investimentos diretos no país – Participação no capital”.

É importante destacar que, nesse processo de pesquisa, buscou-se os dados de IEDs recebidos no Brasil pelos três parceiros em estudo, bem como o fluxo de investimento brasileiro em cada um destes países. Assim, a partir das planilhas supracitadas, foi possível o desenvolvimento de tabelas, gráficos e análises a seguir. Contudo, o intervalo disponibilizado é a partir de 2001 com relação ao ingresso dos investimentos no Estado brasileiro, já em relação aos investimentos do Brasil nos três países parceiros é a partir de 2006.

Dessa forma, devido à menor disponibilidade temporal dos dados de Investimentos diretos do Brasil no exterior, optou-se por não incluir esta variável no modelo estatístico analisado neste trabalho. Ou seja, considerou-se nas regressões e nas análises quantitativas apenas os IEDs recebidos por Brasília.

4.3.3 IEDs no Brasil em milhões de dólares

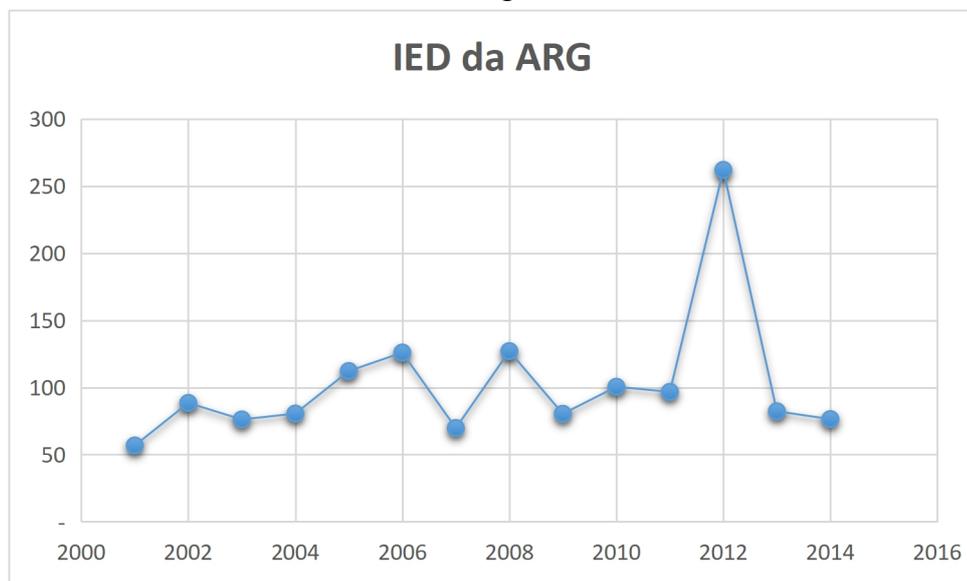
Tabela 3 – Investimentos Externos Diretos (IEDs) em milhões de US\$ no Brasil por parte de seus países parceiros

ANO	EUA	CHI	ARG
2001	4 465	28	57
2002	2 614	10	88
2003	2 383	16	76
2004	3 977	4	81
2005	4 644	8	112
2006	4 522	7	126

ANO	EUA	CHI	ARG
2007	6 073	24	70
2008	7 047	38	127
2009	4 902	83	80
2010	6 144	395	100
2011	8 909	179	97
2012	12 310	185	262
2013	9 024	110	82
2014	8 580	840	76

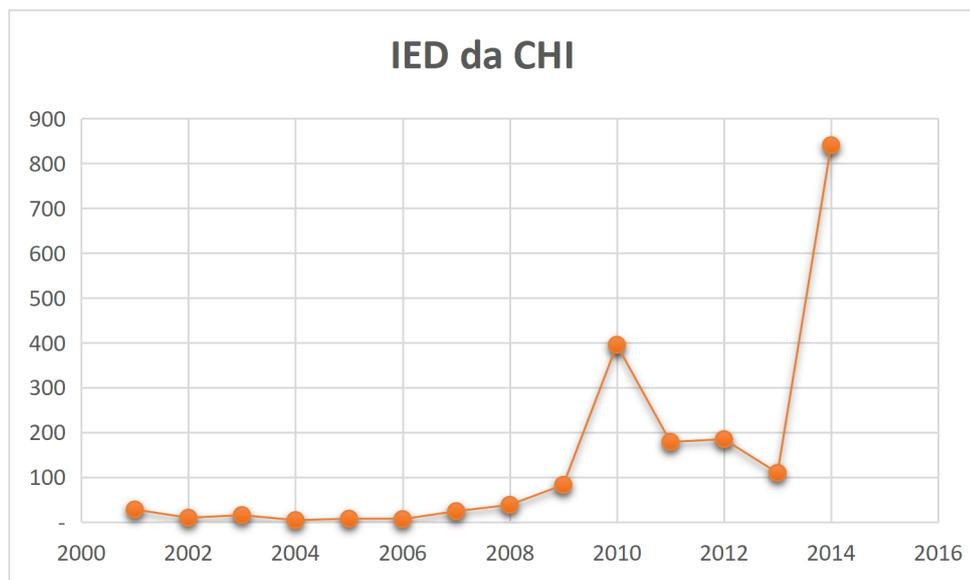
Fonte: BCB (2020?). Adaptado.

Gráfico 16 – Investimento direto da Argentina no Brasil em milhões de US\$.



Fonte: BCB (2020?). Adaptado.

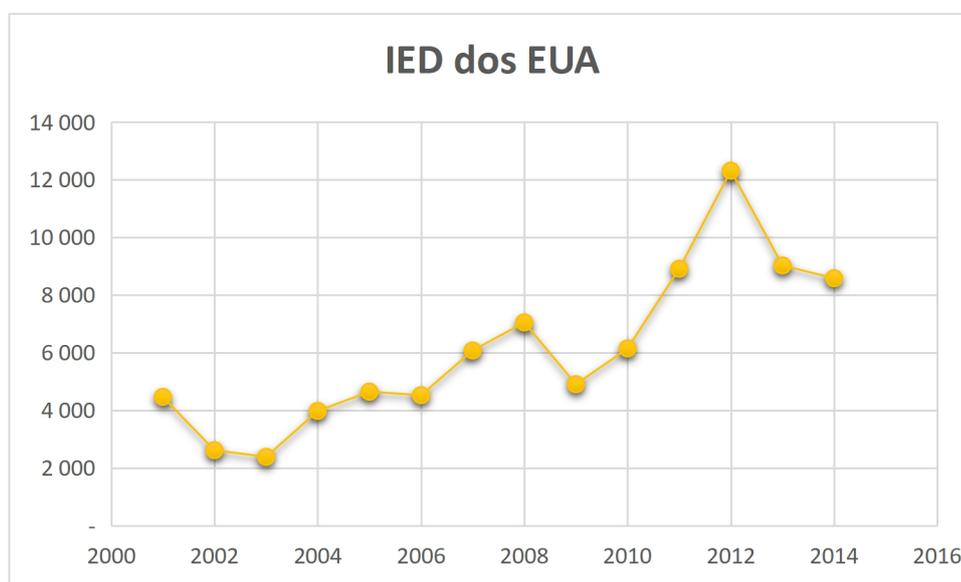
Gráfico 17 – Investimento direto da China no Brasil em milhões de US\$



Fonte: BCB (2020?). Adaptado.

A partir dos gráficos de número 16 e 17, bem como o gráfico comparativo de número 20, pode-se notar os investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil em relação à Argentina e à China. Observa-se que com relação ao parceiro sulamericano, os investimentos superaram a barreira dos 100 milhões de dólares no ano de 2005 e atingiu a máxima no intervalo estudado no ano de 2012 superando 250 milhões de dólares. Já com relação ao segundo país, fica bem claro o crescimento a partir do segundo mandato do governo Lula, aproximando da casa dos 400 milhões de dólares no ano de 2010. No governo Dilma Rouseff, vale destacar o ano de 2014, em que os valores investidos pelo país oriental superaram a marca de 800 milhões de dólares.

Gráfico 18 – Investimento direto da China no Brasil em milhões de US\$



Fonte: BCB (2020?). Adaptado.

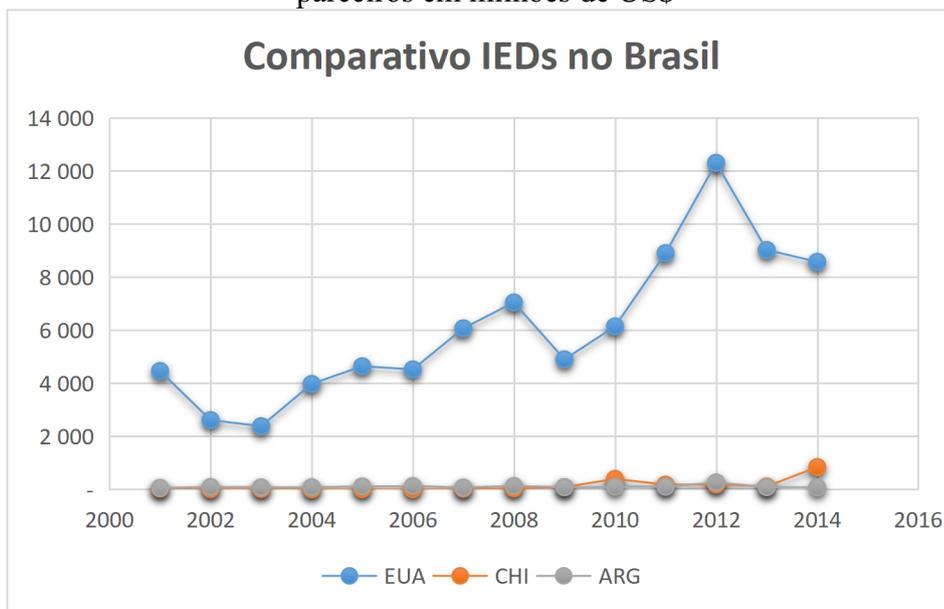
A partir do gráfico de número 18, nota-se a importância dos investimentos dos EUA no Brasil. Por maior que fosse o alinhamento sul-sul nos governos de Lula e Dilma, a relação com os Estados Unidos sempre foi extremamente madura, conforme já fundamentado em capítulo anterior. Dessa forma percebe-se um crescimento contínuo de 2004 a 2008 dos IEDs americanos no país. Verifica-se também uma forte retomada do crescimento destes investimentos nos dois primeiros anos do governo de Dilma Rouseff, atingindo o pico no ano de 2012, apresentando valores superiores a 12 bilhões de dólares.

Comparando Argentina e China com os EUA em relação aos investimentos externos diretos no Brasil, nota-se que os Estados Unidos têm um papel muito relevante, possuindo investimentos bem maiores, conforme pode ser visualizado no gráfico de número 19. Entretanto, faz-se necessário analisar com cautela os dados, pois a China e a Argentina por

meio do Mercosul, a partir do Governo Lula e suas estratégias de política externa, tornou-se parceiros fundamentais para o desenvolvimento brasileiro, bem como sua inserção internacional.

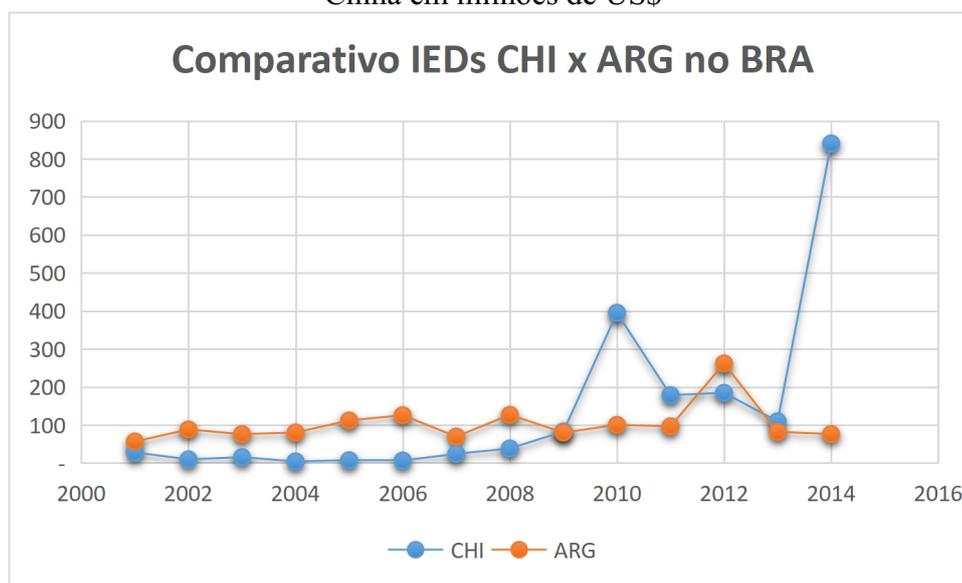
A tendência dos investimentos externos diretos no Brasil é de se manterem robustos por parte dos EUA devido à relação sólida com o Estado brasileiro, seus diversos acordos estratégicos em variadas áreas. Com relação à China, a expectativa não é diferente, este país investe cada vez mais em áreas diversificadas e estratégicas como: infraestrutura e transportes, saúde, tecnologia, energia, entre outras. E a participação conjunta na cooperação financeira, em especial nos BRICS, com certeza, serve de impulso para a continuidade e até mesmo crescimento dos IEDs no Brasil.

Gráfico 19 – Comparativo de Investimento direto externo no Brasil por parte de seus três parceiros em milhões de US\$



Fonte: BCB (2020?). Adaptado.

Gráfico 20 – Comparativo de Investimento direto externo no Brasil por parte de Argentina e China em milhões de US\$



Fonte: BCB (2020?). Adaptado.

4.4 Convergência nas votações na AGNU

Caracteriza-se por ser a variável dependente empregada na análise quantitativa, bem como no modelo estatístico desta pesquisa. A escolha da convergência das votações da ONU como parâmetro fundamental deste trabalho foi explicado no capítulo 1. Para a construção deste indicador utilizou-se da planilha de votações e *codebook* disponibilizado por Voeten (2016).

É importante destacar alguns detalhes da metodologia empregada para a determinação dos índices de convergência de votação na AGNU. Dentre estes podemos citar:

- Significado dos votos, isto é, na planilha disponibilizada por Voeten (2016) os códigos dos votos têm as seguintes representações: 1= sim; abstenção = 2; não = 3; ausente = 8;
- Foram tomadas todas as votações (todos os temas) de 1997 a 2014 do Brasil, Argentina, China e EUA;
- Para o cálculo do índice de convergência, conforme já mencionado no capítulo 1, utilizou-se como referência Mourón e Urdínez (2014), em que aquele varia de 0 a 1. Segue a fórmula utilizada:

$$\acute{I}conv = nVotosIguais \div nVotosTotais \quad (4)$$

A fórmula pode ser traduzida da seguinte forma, número total de votos para os quais dois Estados convergem dividido pelo número total de votos conjuntos. Onde é computado como 1 o valor igual a “sim” ou “aprovação” e 0 significa “não” ou “discordância”. É muito importante destacar que, as abstenções foram computadas com mesmo “peso” de um voto sim ou não, ou seja, se dois países abstêm juntos, estes convergem (1), e o contrário (divergência) também é verdadeiro (0).

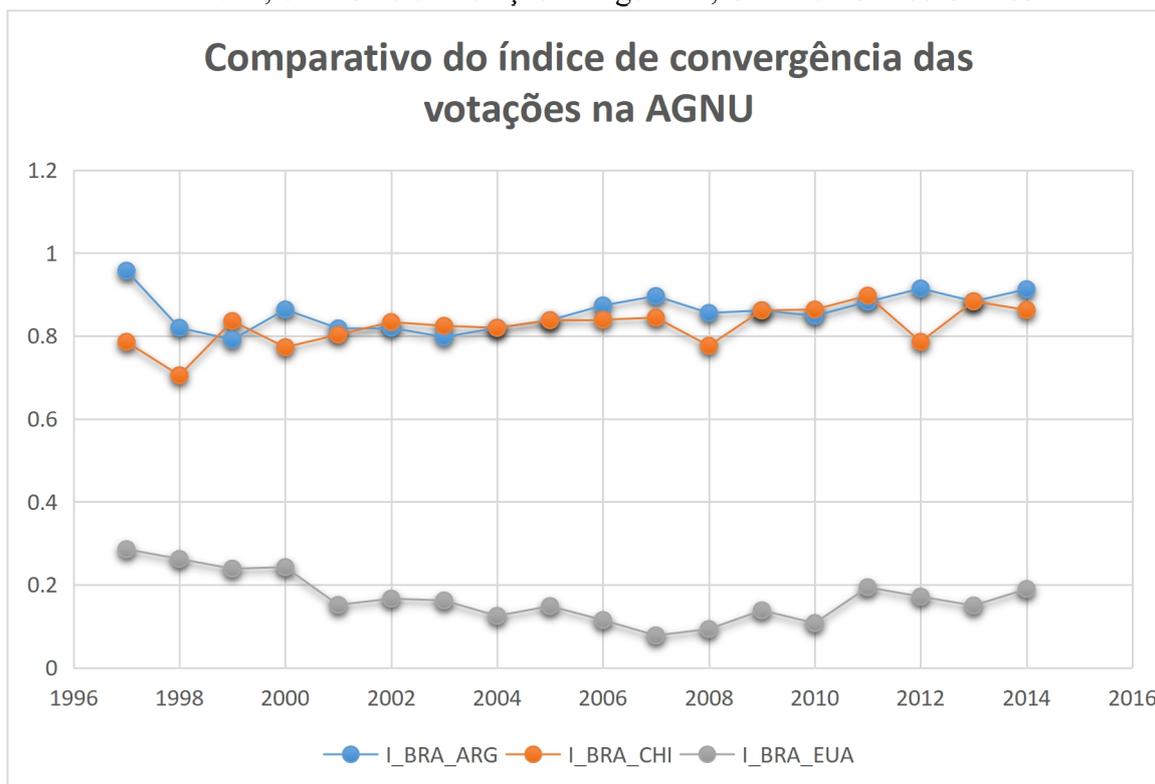
A seguir são demonstrados a tabela principal construída com os índices de convergência calculados, bem como gráficos da convergência nas votações da AGNU do Brasil e aliados estudados neste trabalho. Por fim, vale ainda mencionar que o cálculo é feito utilizando as todas as votações de determinado ano, logo a periodicidade dos dados empregados nos modelos é anual.

Tabela 4 – Índices de convergência nas votações da AGNU

Ano	I_BRA_ARG	I_BRA_CHI	I_BRA_EUA
1997	0,9571	0,7857	0,2857
1998	0,8196	0,7049	0,2622
1999	0,791	0,8358	0,2388
2000	0,8636	0,7727	0,2424
2001	0,8181	0,803	0,1515
2002	0,8194	0,8333	0,1666
2003	0,7972	0,8243	0,1621
2004	0,8194	0,8194	0,125
2005	0,8378	0,8378	0,1486
2006	0,8735	0,839	0,1149
2007	0,8961	0,8441	0,0779
2008	0,8552	0,7763	0,0933
2009	0,8615	0,8615	0,1384
2010	0,8484	0,8636	0,1076
2011	0,8823	0,897	0,194
2012	0,9142	0,7857	0,1714
2013	0,8833	0,8833	0,15
2014	0,9125	0,8625	0,1898

Fonte: Voeten (2016). Adaptado.

Gráfico 21 – Comparativo dos índices de convergência nas votações na AGNU, de 1997 a 2014, o Brasil e em relação à Argentina, China e Estados Unidos



A partir do gráfico de número 21, pode-se observar que, no intervalo analisado, a convergência nas votações da AGNU do Brasil em relação aos seus pares é bem alta nos casos de Argentina, importante parceiro regional, e China, aliado estratégico na busca pelo multilateralismo, cooperação sul-sul. Por outro lado, a convergência é muito baixa quando se toma por base os EUA.

É interessante ressaltar mais uma vez como as relações bilaterais de Brasil e Estados Unidos são extremamente fortes e importantes para a política internacional brasileira, mesmo que estes votem diferentes em muitas questões na AGNU. Vale dizer que o comportamento dos EUA nas votações, como grande potência mundial desde a criação da ONU, é bem particular em diversos temas tais como: direitos humanos, questões da Palestina e Israel, zonas de cooperação, entre outros. Isso gera muitos votos não coincidentes com a maior parte da comunidade internacional. Portanto tal convergência baixa perante o Estado brasileiro não é algo específico com relação a esta parceria.

Ainda sobre a coincidência de votos brasileiros com relação aos americanos, destaca-se a queda desta convergência no segundo mandato do governo FHC. No governo Lula, tais valores continuaram bem baixos, menores que 0,2, atingindo a mínima no ano de

2007. Já no governo Dilma, a similaridade dos votos continuou baixa como por todo intervalo, contudo quando comparados aos anos anteriores, esta se elevou um pouco ficando com uma média próxima a 0,2.

Portanto, a partir do gráfico 21, pode-se perceber bem a comparação da convergência nas votações na AGNU do Brasil e seus três aliados estratégicos estudados. Conforme Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013) salientam, a China se encontra junto a outros Estados em desenvolvimento com elevados níveis de convergência em relação aos votos do Brasil na AGNU, o que demonstra também neste contexto uma forte relação bilateral.

Por fim, ainda consoante Ramanzini Júnior e Ribeiro (2013), o posicionamento brasileiro na AGNU converge mais com países em desenvolvimento quando comparado a países desenvolvidos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são demonstrados os modelos estatísticos empregados para a análise quantitativa das relações bilaterais do Brasil em relação a Argentina, China e EUA. É feita uma breve inferência estatística da validade dos modelos, bem como a interpretação das variáveis independentes (explicativas) que impactam no comportamento da variável dependente estudada: convergência nas votações da AGNU.

Como já explicado na metodologia do capítulo 2, utilizou-se o modelo Tobit como principal referência para as análises e conclusões. Contudo, foi feita também uma verificação das correlações das variáveis linearmente com relação à variável dependente e, ainda, testada uma regressão múltipla para cada relação bilateral.

Por fim, é interessante ressaltar que, para o desenvolvimento e análise dos resultados a seguir, foi utilizado o software STATA 13.1.

5.1 Análise e Modelo estatístico para relação bilateral entre Brasil e Argentina

Figura 2 – Modelo Tobit

```
. tobit ibraarg pgbraarg exp_bra_mercobiu imp_bra_mercobius ied_bra_merco, ll
```

Tobit regression

Number of obs = 14
 LR chi2(4) = 17.24
 Prob > chi2 = 0.0017
 Pseudo R2 = -0.3786

Log likelihood = 31.386469

ibraarg	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
pgbraarg	-28.69404	16.29716	-1.76	0.109	-65.00638	7.618299
exp_bra_mercobiu	.0013906	.0024526	0.57	0.583	-.0040741	.0068554
imp_bra_mercobius	.005088	.0037158	1.37	0.201	-.0031913	.0133674
ied_bra_merco	.000111	.000119	0.93	0.373	-.0001541	.0003762
_cons	1.311795	.3003561	4.37	0.001	.6425595	1.98103
/sigma	.0198742	.0039653			.0110388	.0287095

Obs. summary: 1 left-censored observation at ibraarg<=.79720002
 13 uncensored observations
 0 right-censored observations

Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 3 – Modelo Tobit sem ied

```
Tobit regression                               Number of obs   =       18
                                                LR chi2(3)      =       7.68
                                                Prob > chi2     =       0.0530
Log likelihood = 31.056355                    Pseudo R2      =      -0.1412
```

ibraarg	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
pgbraarg	2.910071	18.86523	0.15	0.879	-37.30022	43.12036
exp_bra_mercobiu	-.0013007	.0042301	-0.31	0.763	-.0103169	.0077155
imp_bra_mercobius	.0070518	.0066074	1.07	0.303	-.0070316	.0211353
_cons	.7391423	.3522926	2.10	0.053	-.0117515	1.490036
/sigma	.0363917	.0063272			.0229055	.049878

```
Obs. summary:      1 left-censored observation at ibraarg<=.79100001
                   17 uncensored observations
                   0 right-censored observations
```

Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 4 – Regressão múltipla

```
. reg ibraarg pgbraarg exp_bra_mercobiu imp_bra_mercobius ied_bra_merco
```

Source	SS	df	MS	Number of obs =	14
Model	.012940103	4	.003235026	F(4, 9) =	5.95
Residual	.004896486	9	.000544054	Prob > F =	0.0127
Total	.017836589	13	.001372045	R-squared =	0.7255
				Adj R-squared =	0.6035
				Root MSE =	.02332

ibraarg	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
pgbraarg	-28.6256	19.12678	-1.50	0.169	-71.89339	14.64218
exp_bra_mercobiu	.0011969	.0028709	0.42	0.687	-.0052975	.0076913
imp_bra_mercobius	.0051825	.0043598	1.19	0.265	-.0046801	.0150452
ied_bra_merco	.0001092	.0001397	0.78	0.454	-.0002067	.0004251
_cons	1.31332	.3525047	3.73	0.005	.5158992	2.110741

Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 5 – Correlações lineares das variáveis

. corr ibraarg pgbraarg (obs=18)		. corr ibraarg exp_bra_mercobiu (obs=18)	
	ibraarg pgbraarg		ibraarg exp_br~u
ibraarg	1.0000	ibraarg	1.0000
pgbraarg	0.3065 1.0000	exp_bra_me~u	0.5376 1.0000
. corr ibraarg imp_bra_mercobius (obs=18)		. corr ibraarg ied_bra_merco (obs=14)	
	ibraarg imp_br~s		ibraarg ied_br~o
ibraarg	1.0000	ibraarg	1.0000
imp_bra_me~s	0.5880 1.0000	ied_bra_me~o	0.4336 1.0000

Fonte: autoria própria, 2020.

5.2 Análise e Modelo estatístico para relação bilateral de Brasil e China

Figura 6 – Modelo Tobit

Tobit regression	Number of obs	=	14
	LR chi2(4)	=	9.71
	Prob > chi2	=	0.0456
	Pseudo R2	=	-0.2062
Log likelihood =	28.403345		

i_bra_chi	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
pg_bra_chi	.3790855	.93037	0.41	0.692	-1.693908 2.452079
exp_bra_chibiu	.007326	.0026249	2.79	0.019	.0014773 .0131747
imp_bra_chibius	-.0093044	.0036245	-2.57	0.028	-.0173804 -.0012285
ied_bra_chi	.0000633	.0000444	1.43	0.184	-.0000356 .0001622
_cons	.7708403	.1282501	6.01	0.000	.4850813 1.056599
/sigma	.0258254	.005114			.0144308 .03722

Obs. summary:	1	left-censored observation at i_bra_chi<=.77630001
	13	uncensored observations
	0	right-censored observations

Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 9 – Correlações lineares das variáveis

```

. corr i_bra_chi exp_bra_chibiu
(obs=18)

. corr i_bra_chi exp_bra_chibiu
(obs=18)

. corr i_bra_chi imp_bra_chibus
(obs=18)

. corr i_bra_chi imp_bra_chibus
(obs=18)

```

	i_bra_chi	exp_bra_ch~u
i_bra_chi	1.0000	
exp_bra_ch~u	0.5517	1.0000

	i_bra_chi	imp_bra_ch~s
i_bra_chi	1.0000	
imp_bra_ch~s	0.5033	1.0000

Fonte: autoria própria, 2020.

5.3 Análise e Modelo estatístico para relação bilateral de Brasil e EUA

Figura 10 – Modelo Tobit

```

. tobit i_bra_eua pg_bra_eua exp_bra_euabiu imp_bra_euabius ied_bra_eua_bi, ll

Tobit regression
Log likelihood = 25.218638

Number of obs = 14
LR chi2(4) = 3.45
Prob > chi2 = 0.4856
Pseudo R2 = -0.0734

```

i_bra_eua	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
pg_bra_eua	-1.627991	3.257772	-0.50	0.628	-8.88676	5.630779
exp_bra_euabiu	-.0029872	.0035963	-0.83	0.426	-.0110002	.0050259
imp_bra_euabius	.0003526	.002429	0.15	0.887	-.0050595	.0057648
ied_bra_eua_bi	.0029821	.0092156	0.32	0.753	-.0175516	.0235157
_cons	.3795877	.4038921	0.94	0.369	-.52034	1.279515
/sigma	.0315709	.0063251			.0174778	.0456641

```

Obs. summary:
1 left-censored observation at i_bra_eua<=.0779
13 uncensored observations
0 right-censored observations

```

Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 11 – Tobit sem IED

```
. tobit i_bra_eua pg_bra_eua exp_bra_euabiu imp_bra_euabius, ll
```

```
Tobit regression                Number of obs   =          18
                               LR chi2(3)           =          19.46
                               Prob > chi2          =          0.0002
Log likelihood = 32.257928      Pseudo R2       =         -0.4318
```

i_bra_eua	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
pg_bra_eua	-5.947714	2.568017	-2.32	0.035	-11.42131	-.4741158
exp_bra_euabiu	-.0039343	.0030202	-1.30	0.212	-.0103718	.0025031
imp_bra_euabius	-.001234	.0022903	-0.54	0.598	-.0061157	.0036477
_cons	.9857112	.3027183	3.26	0.005	.3404825	1.63094
/sigma	.0338781	.0058933			.0213168	.0464394

```
Obs. summary:                1 left-censored observation at i_bra_eua<=.0779
                             17 uncensored observations
                             0 right-censored observations
```

Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 12 – Regressão Múltipla sem IED

```
. reg i_bra_eua pg_bra_eua exp_bra_euabiu imp_bra_euabius
```

Source	SS	df	MS	Number of obs =	18
Model	.039558779	3	.01318626	F(3, 14) =	9.83
Residual	.018778557	14	.001341326	Prob > F =	0.0010
Total	.058337336	17	.003431608	R-squared =	0.6781
				Adj R-squared =	0.6091
				Root MSE =	.03662

i_bra_eua	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
pg_bra_eua	-6.119528	2.770931	-2.21	0.044	-12.06258	-.1764723
exp_bra_euabiu	-.003496	.003236	-1.08	0.298	-.0104364	.0034444
imp_bra_euabius	-.0015012	.0024617	-0.61	0.552	-.0067811	.0037787
_cons	1.004132	.3267446	3.07	0.008	.3033351	1.70493

Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 13 – Regressão Múltipla sem Importações e IED

```
. reg i_bra_eua pg_bra_eua exp_bra_euabiu
```

Source	SS	df	MS			
Model	.039059955	2	.019529977	Number of obs =	18	
Residual	.019277382	15	.001285159	F(2, 15) =	15.20	
Total	.058337336	17	.003431608	Prob > F =	0.0002	
				R-squared =	0.6696	
				Adj R-squared =	0.6255	
				Root MSE =	.03585	

i_bra_eua	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
pg_bra_eua	-4.681531	1.424439	-3.29	0.005	-7.71765	-1.645412
exp_bra_euabiu	-.0052708	.0013847	-3.81	0.002	-.0082222	-.0023195
_cons	.8353036	.169872	4.92	0.000	.4732299	1.197377

Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 14 – Correlações lineares das variáveis

```
. corr i_bra_eua pg_bra_eua (obs=18)
```

	i_bra_eua	pg_bra_eua
i_bra_eua	1.0000	
pg_bra_eua	-0.5919	1.0000


```
. corr i_bra_eua imp_bra_euabius (obs=18)
```

	i_bra_eua	imp_bra_euabius
i_bra_eua	1.0000	
imp_bra_euabius	-0.1868	1.0000


```
. corr i_bra_eua exp_bra_euabiu (obs=18)
```

	i_bra_eua	exp_bra_euabiu
i_bra_eua	1.0000	
exp_bra_euabiu	-0.6570	1.0000


```
. corr i_bra_eua ied_bra_eua (obs=14)
```

	i_bra_eua	ied_bra_eua
i_bra_eua	1.0000	
ied_bra_eua	0.2551	1.0000

Fonte: autoria própria, 2020.

Antes de se fazer as inferências estatísticas, é muito importante entender o conceito básico de alguns índices e coeficientes abaixo. Conforme Belfiore e Fávero (2017) e, também, consoante as boas práticas disseminadas de estatística e de econometria, seguem brevemente as explicações:

- LR chi2*: a partir desse teste (LR quiquadrado) pode-se notar se as variáveis independentes são conjuntamente importantes para explicar a variável dependente. Para isso, estatisticamente, convencionou-se que o valor acima de 10 representa um bom número para tal explicação;
- Pseudo R2*: a partir deste coeficiente, pode-se verificar a porcentagem da variação da variável dependente que pode ser atribuída ou explicada pelas variáveis independentes ou explicativas;

- c) $P > |t|$: trata-se de uma medida importante de análise de ajustamento do modelo. É denominado de p valor. Na maioria dos estudos em economia o máximo que se aceita é 10% de significância;
- d) t : denominado de teste t, este possui uma regra prática que se o número de observações for maior do que 20 e o t for maior do que 2 em módulo, portanto o coeficiente da variável estimado é significativo;
- e) $F(x, y)$: é denominado de distribuição F. Quando este é maior do que 10, existe um indício que o modelo está ajustado. Vale destacar que X = número de variáveis explicativas e y = número de graus de liberdade;
- f) *R squared* ou R^2 : trata-se do coeficiente de determinação linear entre as variáveis.
- g) Coeficiente de correlação de pearson: mede o grau de correlação entre duas variáveis. Ele é classificado da seguinte forma: 0.9 positivo ou negativo, indica uma correlação muito forte; 0.7 a 0.9 positivo ou negativo, indica uma correlação forte; 0.5 a 0.7 positivo ou negativo, indica uma correlação moderada; 0.3 a 0.5 positivo ou negativo, indica uma correlação fraca; 0 a 0.3 positivo ou negativo, indica uma correlação desprezível.

Com base nas informações acima e nos modelos estatísticos gerados, analisa-se a seguir os resultados obtidos das variáveis estudadas das relações bilaterais brasileiras com seus parceiros pesquisados

Com relação à aplicação dos métodos estatísticos na parceria Brasil e Argentina, pôde-se verificar que no primeiro modelo Tobit, conforme figura 2, o “LR chi2” apresentou o valor de 17,24, logo por ser maior que 10, trata-se de um indício que o modelo pode ser válido e que as variáveis independentes podem ser conjuntamente importantes para explicar a variável dependente.

Contudo, quando se analisa o “p valor”: $P > |t|$, percebe-se que nenhuma das variáveis independentes possui significância relevante, demonstrando um ajustamento indesejável para o modelo. Vale destacar que, no modelo, a variável que se aproximou de ter significância interessante foi o *Power Gap*, a qual apresentou o “ $P > |t|$ ” de 10,9% (0,109). Se esta estivesse abaixo de 10% podia ser um bom sinal de importância na relação com a variável dependente, conforme o modelo em estudo.

Na regressão Tobit com a variável IED retirada, figura 3, apesar do aumento do número de observações, contudo o modelo não se ajustou bem, tendo em vista que o “LR

chi²” é menor que zero, bem como os valores de $P > |t|$ dos coeficientes não apresentaram valores representativos.

Já no segundo modelo testado para servir de apoio nas análises, no caso a regressão múltipla, consoante figura 4, notou-se que apesar do “R² ou Rsquared (R quadrado)” apresentar valores acima de 70%, a distribuição F ficou bem abaixo de 10, o que indica que o modelo não está bem ajustado. A partir da verificação do “ $P > |t|$ ” e do “teste t”, corroborou-se que também neste modelo de regressão não foi encontrado coeficiente com valores significativos perante à variável dependente.

Por fim, analisando as correlações lineares de cada variável independente em relação à dependente, segundo figura 5, notou-se que as exportações e as importações apresentaram correlação moderada, pois estão acima 0,5 em módulo. Já os IEDs e *Power Gap* apresentaram correlação linear fraca.

É possível constatar que, pelo modelo Tobit, figura 6, gerado para a relação entre Brasil e China, apesar do “LR chi²” ser um pouco menor que 10, isto é, igual a 9,71, por aproximação pode-se tomar o modelo inicialmente como representativo, em que as variáveis independentes podem ser conjuntamente de alguma maneira importantes para explicar a variável dependente. Na figura 7, verificou-se o modelo tobit com a retirada dos IEDs, contudo não houve nenhuma constatação estatística relevante, tendo em vista que a regressão tobit com todas as variáveis foi mais representativa do que este último.

Analisando um pouco mais para se verificar a validade do modelo, observou-se a grande relevância dos coeficientes encontrados das variáveis exportações e importações. Para isso, basta que se perceba os valores “ $P > |t|$ ” dos coeficientes destas bem abaixo dos 10% limítrofes, bem como se analise o “teste t”, o qual para as mesmas variáveis significantes apresentaram dados robustos acima de 2 em módulo. Cabe ressaltar, entretanto, que no teste t, o número de observações foi um pouco menor do que 20.

Assim, para o modelo tobit, conforme figura 6, considerando todas as variáveis explicativas, pôde-se inferir que as variáveis explicativas significantes são: exportações e importações. Estas impactam diretamente na variável convergência das votações na AGNU.

Com relação à regressão múltipla, demonstrada na figura 8, feita de forma complementar, pôde-se observar que as variáveis exportações e importações são significativas e influenciam na variável dependente. Isso é inferido a partir dos valores “ $P > |t|$ ” dos

coeficientes destas, os quais estão abaixo dos 10%, além do “teste t” também apresentar valores em torno de 2. Contudo, é necessário fazer algumas ressalvas neste modelo de apoio (Regressão múltipla), pois a distribuição F não ficou boa, apresentando um valor bem abaixo de 10, indicando, assim, um ajuste inadequado.

Por último, as correlações de cada variável também foram demonstradas individualmente, conforme a figura 9. Notou-se que o coeficiente de correlação é moderado para exportações, importações e *power gap*. Já para os Investimentos Externos Diretos no Brasil, esta variável apresentou correlação linear fraca quando comparada com a variável dependente.

Em relação ao método estatístico de regressão Tobit, figura 10, na parceria entre Brasil e EUA, é possível inferir que, com a presença de todas as variáveis independentes, este modelo não se ajustou tão bem, tendo em vista que “*LR chi2*” apresentou um valor muito baixo, indicando que as variáveis explicativas (independentes) conjuntamente não são tão importantes para explicar a variável dependente.

Assim, testou-se o modelo Tobit sem os IEDs, consoante figura 11. O resultado foi bem válido, em que “*LR chi2*” apresentou valor bem considerável, 19,46, bem acima do limite mínimo que é de 10. Notou-se que o $P > |t|$ apresentou valor significativo somente para a variável *power gap*, demonstrando o bom ajustamento do modelo para este caso. Enquanto o “t teste” corroborou de vez a significância estatística da variável acima diante da variável dependente, o índice de convergência das votações na AGNU, já que o valor ficou maior do que módulo de dois (|2|).

Portanto, pode-se inferir que somente a variável *power gap* de acordo com o modelo tobit, é relevante estatisticamente diante da variável dependente.

Analisando também, de forma complementar, foi feita a regressão múltipla sem IED, figura 12, e também a mesma regressão, porém ainda sem os investimentos externos diretos e as importações, segundo a figura 13. O interessante é que esta última modelagem demonstrou alguns pontos de destaque, tais como: a “distribuição F” apresentou valor acima de 10, demonstrando um bom ajustamento do modelo; os valores “ $P > |t|$ ” dos coeficientes tanto de *power gap* como das exportações demonstraram extrema significância, validando o bom ajustamento do modelo; e para finalizar a avaliação, verificou-se o “teste t”, o qual mostrou valores bem relevantes para ambas as variáveis.

Dessa forma, conclui-se que, de fato, tanto pelo Tobit quanto pela regressão múltipla como apoio, a variável *power gap* é significativa. No caso da regressão, figura 13, as exportações, quando analisadas por si só, ou seja, sem considerar as importações, apresentou relevância.

Por fim, demonstrou-se na figura 14 as correlações lineares das variáveis explicativas, individualmente, com relação à variável dependente. Percebeu-se que as exportações e a diferença de poder, representada pelo *power gap*, possuem correlação moderada. Já as outras duas variáveis têm relacionamento linear desprezível com o índice de convergência das votações na AGNU.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste tópico buscou-se responder, confirmar as hipóteses levantadas no início do presente trabalho, a partir da análise quantitativa feita, utilizando também como suporte a parte qualitativa das relações bilaterais, conforme o capítulo 3.

Dessa forma, a fim de melhor visualização, retomou-se as hipóteses centrais desta pesquisa desenvolvida. Seguem abaixo:

- a) A forte parceria sino-brasileira (comercial, investimentos estratégicos) impacta no alinhamento político dos países nas votações da AGNU, isto é, estas possuem relevância estatística nos métodos multivariados testados.

Verificou-se que, em relação à parceria sino-brasileira, as variáveis exportações e importações são muito significativas estatisticamente, conforme os modelos testados, bem como observado a partir dos coeficientes na análise dos resultados acima.

Por outro lado, constatou-se que as variáveis independentes *power gap*, ou seja, a diferença de poder entre Brasil e China, e IEDs recebidos pelo Estado brasileiro não foram significantes estatisticamente nos modelos estudados.

Portanto, a resposta para esta primeira hipótese é sim quanto à forte relação comercial entre estes dois países. Em outras palavras, existe uma correlação importante na convergência das votações na AGNU entre Brasil e China com o fluxo de comércio entre estes dois parceiros.

- b) A relevância estatística da variável de poderio militar e capacidades materiais (variável neorealista), medida pelo CINC (índice das capacidades nacionais), em relação ao grau de alinhamento nas votações da AGNU do Brasil e EUA, não seria similar no caso da relação sino-brasileira, bem como na relação sulamericana: Brasil e Argentina. O peso do intercâmbio econômico (variáveis de cooperação, interdependência complexa) entre estes dois últimos (China e Argentina) pode ser fator significativo estatisticamente também no grau de convergência das votações.

Percebeu-se que, a partir das análises estatísticas dos modelos testados, a diferença de poder, a qual é denominada como variável explicativa (independente) *power gap* tem grande relevância no grau de convergência nas votações da AGNU entre Brasil e EUA, conforme Mouron e Urdinez (2014) também puderam constatar.

Entretanto, essa significância da variável neorealista não é similar quando se analisa a relação sino-brasileira e a relação sulamericana. De acordo com os resultados obtidos pelos modelos estatísticos, pôde-se notar que a variável independente *power gap* não possui relevância estatística para tais relações bilaterais.

Portanto, a diferença de poder possui importante correlação com o índice de convergência nas votações da AGNU de Brasil e Estados Unidos, percebendo que essa convergência diminui conforme a diferença de poder se ameniza entre estes países. No governo Lula, foi possível notar bem essa relação das variáveis.

Por outro lado, as variáveis neoliberais, relacionadas à cooperação econômica, no caso as empregadas neste trabalho: intercâmbio comercial (exportações e importações) e Investimentos Externos Diretos recebidos pelo Estado brasileiro, tiveram relevância parcial. Isto é, no caso da relação bilateral sino-brasileira, inferiu-se pelos modelos e resultados obtidos que as variáveis relacionadas ao comércio internacional tiveram ótima significância estatística. Já os IEDs não apresentaram coeficientes válidos para tal relação.

Com relação à parceria sulamericana, observou-se uma correlação linear moderada das variáveis de comércio internacional, contudo nenhuma variável sistêmica testada nos modelos quantitativos deste trabalho apresentou significância estatística válida. Logo, é bem provável que variáveis domésticas podem possuir maior impacto no forte grau de convergência das votações na AGNU entre Brasil e Argentina. Vale destacar que, os países citados logo acima, são parceiros regionais estratégicos, além de aliados políticos bem consolidados, em que as políticas domésticas de cada um deste possui forte reflexo no comportamento internacional, especialmente quando se observa o mecanismo interregional Mercosul e toda sua abrangência e importância econômica, mas também política e social para estes Estados.

- c) A variável ideologia partidária do governo pode impactar de forma relevante no grau de convergência do Brasil nas votações da AGNU em relação aos três parceiros em análise.

Para confirmar essa hipótese, não foi empregado um modelo estatístico como nas duas outras anteriores, porém pôde-se observar que, por uma análise gráfica dos índices de convergência das votações na AGNU entre Brasil e seus três aliados: Argentina, China e Estados Unidos, a mudança do Governo FHC (PSDB) para os dois mandatos de Lula (PT) e para o seguinte de Dilma (PT) refletiu uma maior convergência com os países sul-sul, no caso China e Argentina, e uma diminuição da convergência dos votos com os EUA. Cabe

mencionar que, o partido dos Trabalhadores é considerado de ideologia partidária voltada à esquerda.

É importante ressaltar que, uma simples análise gráfica não é suficiente para afirmarmos se a variável doméstica citada poderia ser significativa estatisticamente. Contudo, a partir da revisão bibliográfica feita neste trabalho, percebeu-se que alguns fatores domésticos também possuem importante correlação com a variável dependente, logo podendo ser considerados como relevantes determinantes da política externa brasileira.

Pode-se citar alguns autores que constataram em suas pesquisas a importância de pelo menos uma variável doméstica, especialmente quando se trata de orientações partidárias e regimes políticos como ditadura ou democracia. Dentre tais pesquisadores pode-se destacar Amorim Neto (2011), Amorim Neto e Malamud (2015), Mouron e Urdínez (2014) e Rodrigues, Urdínez e Oliveira (2019).

Segundo Amorim Neto e Malamud (2015), desde que o PT chegou ao poder em 2003, a política externa do Brasil foi transformada no que Vigevani e Cepaluni (2007) denominam de “autonomia através da diversificação”, o que significa a adesão às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul e regionais, a fim de reduzir assimetrias com os países desenvolvidos, assumindo posições reformistas em relação às instituições internacionais.

Dessa forma, é possível dizer que, a variável doméstica do tipo ideologia partidária possui sim um certo impacto no comportamento brasileiro na esfera internacional, logo é provável que também influencie de alguma maneira nas votações da AGNU. Como mencionado acima, pelo gráfico de comparação das convergências pôde-se notar uma forte e maior convergência nas votações da AGNU entre Brasil e Argentina, e também entre Brasília e Pequim, a partir dos anos de Lula, enquanto no caso da relação com os EUA, o índice de convergência reduziu ainda mais. Por fim, vale destacar que, consoante Amorim Neto e Malamud (2015), na América Latina a esquerda está tradicionalmente associada ao antiamericanismo.

Conclui-se então que a presente pesquisa trouxe contribuições interessantes para o crescente debate da análise empírica de política externa brasileira. Pode-se citar: a confirmação da importância da variável neorealista explicativa *power gap*, diferença de poder, com relação às votações de Brasil e EUA na AGNU; a não significância desta quando se olha para o grau de convergência nas sessões da Assembleia Geral da ONU entre Brasília e Pequim; a relevância estatística inferida das variáveis de comércio internacional (exportações

e importações) com relação ao índice de similaridade nas votações na AGNU, a variável dependente, quando analisada a parceria sino-brasileira; por fim, a observação de que uma variável doméstica do tipo ideologia partidária pode ter uma correlação relevante nas decisões de política internacional.

REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, O. **De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

AMORIM NETO, O.; MALAMUD, A. What Determines Foreign Policy in Latin America? Systemic versus Domestic Factors in Argentina, Brazil, and Mexico, 1946–2008. *Latin American Politics and Society*, Miami, v. 57, n. 4, p. 1-27, inverno 2018. DOI 10.1111/j.1548-2456.2015.00286.x.

BCB. Série histórica dos fluxos de investimento direto – distribuições por país ou por setor. **BCB**, 2020?. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistFluxoInvDir.asp?frame=1>. Acesso em: 2 jun. 2020.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: Uma análise dos Avanços e Recuos. **RBPI**, [s.l.], n. 48, v. 1, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 2 abr. 2020.

FÁVERO, L. P. **Manual de análise de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

HIRST, M. E. S. **As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI**. 2011. 203 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ITAMARATY. Estados Unidos da América. **Itamaraty**, [2020?]c. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com_content&view=article&id=5120&Itemid=478&cod_pais=USA&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR. Acesso em: 2 abr. 2020.

ITAMARATY. República Argentina. **Itamaraty**, [2020?]a. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com_content&view=article&id=4785&Itemid=478&cod_pais=ARG&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR. Acesso em: 2 abr. 2020.

ITAMARATY. República Popular da China. **Itamaraty**, [2020?]b. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com_content&view=article&id=4926&Itemid=478&cod_pais=CHN&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR. Acesso em: 2 abr. 2020.

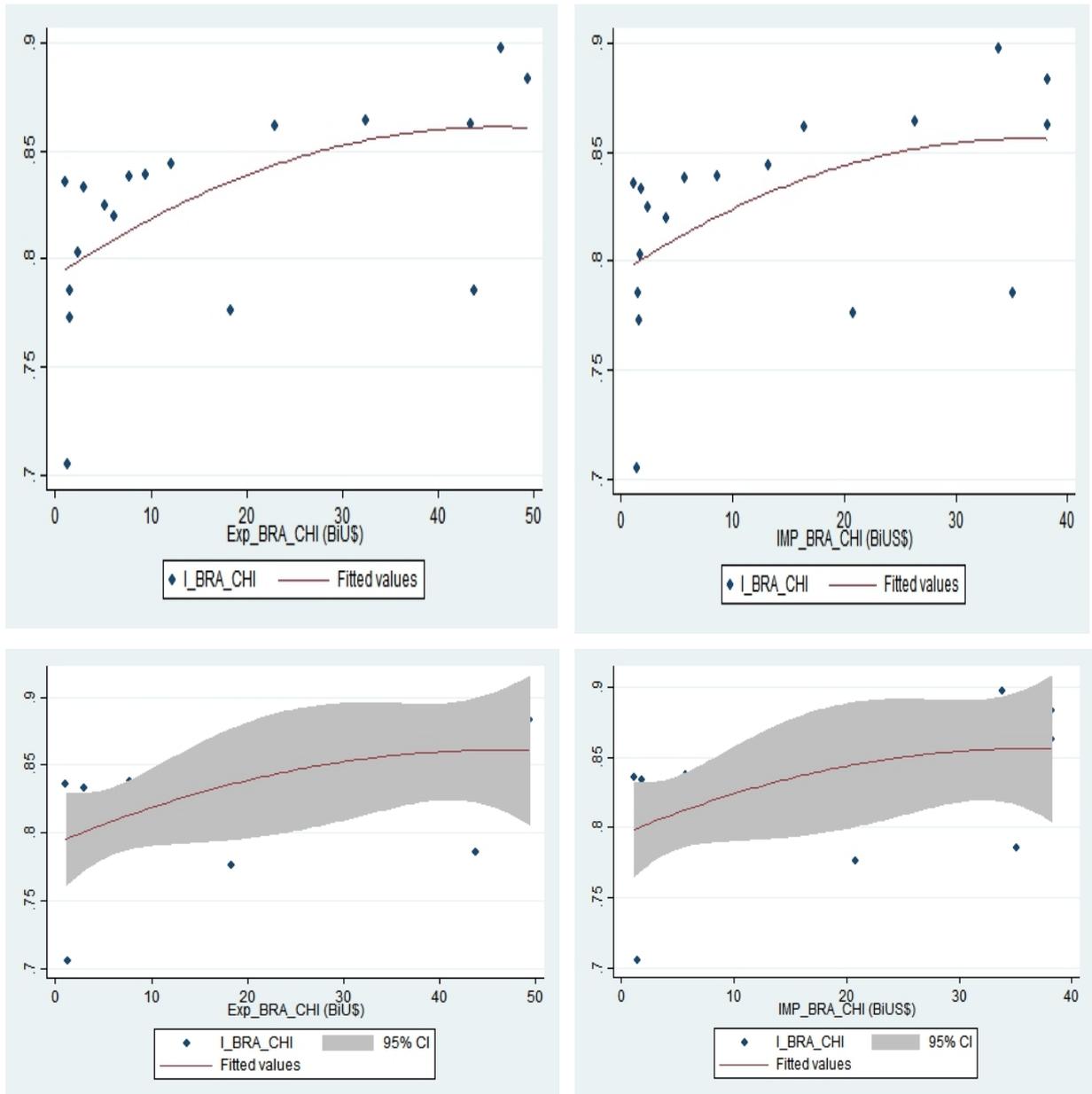
MDIC. Séries Históricas. **MDIC**, c2020. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MIGNOZZETTI, U. G. **Relações Comerciais e alinhamento nas decisões das organizações multilaterais: um estudo dos padrões de votação na AGNU**. 2014. 111 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- MOURÓN, F.; URDÍNEZ, F. A Comparative Analysis of Brazil's Foreign Policy Drivers Towards the USA: Comment on Amorim Neto (2011). **Bras. Political Sci. Rev.**, São Paulo, v.8 n. 2, p. 94-115, jun./set. 2014. DOI 10.1590/1981-38212014000100013
- RAMANZINI JÚNIOR, H. RIBEIRO, P. F. As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação. **Carta Internacional**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 165-187, 2013.
- RODRIGUES, P.; URDÍNEZ, F.; OLIVEIRA, A. de. Measuring International Engagement: Systemic and Domestic Factors in Brazilian Foreign Policy from 1998 to 2014. **Foreign Policy Analysis**, [s.l.], vol. 15, n. 3, p. 370–391, jul. 2019. DOI 10.1093/fpa/orz010.
- SIGNORINO, C.; RITTER, J. Tau-b or Not Tau-b: Measuring the Similarity of Foreign Policy Positions. *International Studies Quarterly*. **International Studies Quarterly**, [s.l.], v. 43, n. 1, p. 115-144, 1999.
- SPOSITO, I. B. Mudança na Política Externa dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos: Uma Análise Baseada nas Votações da Assembleia Geral das Nações. **Dados [online]**, [s.l.], v. 62, n. 4, 2019. DOI 10.1590/001152582019193.
- VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. de; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.
- VOETEN, E.; STREZHNEV, A.; BAILEY, M. United Nations General Assembly Voting Data. **Harvard Dataverse**, [s.l.], v. 18, 2016. DOI 10.7910/DVN/LEJUQZ.

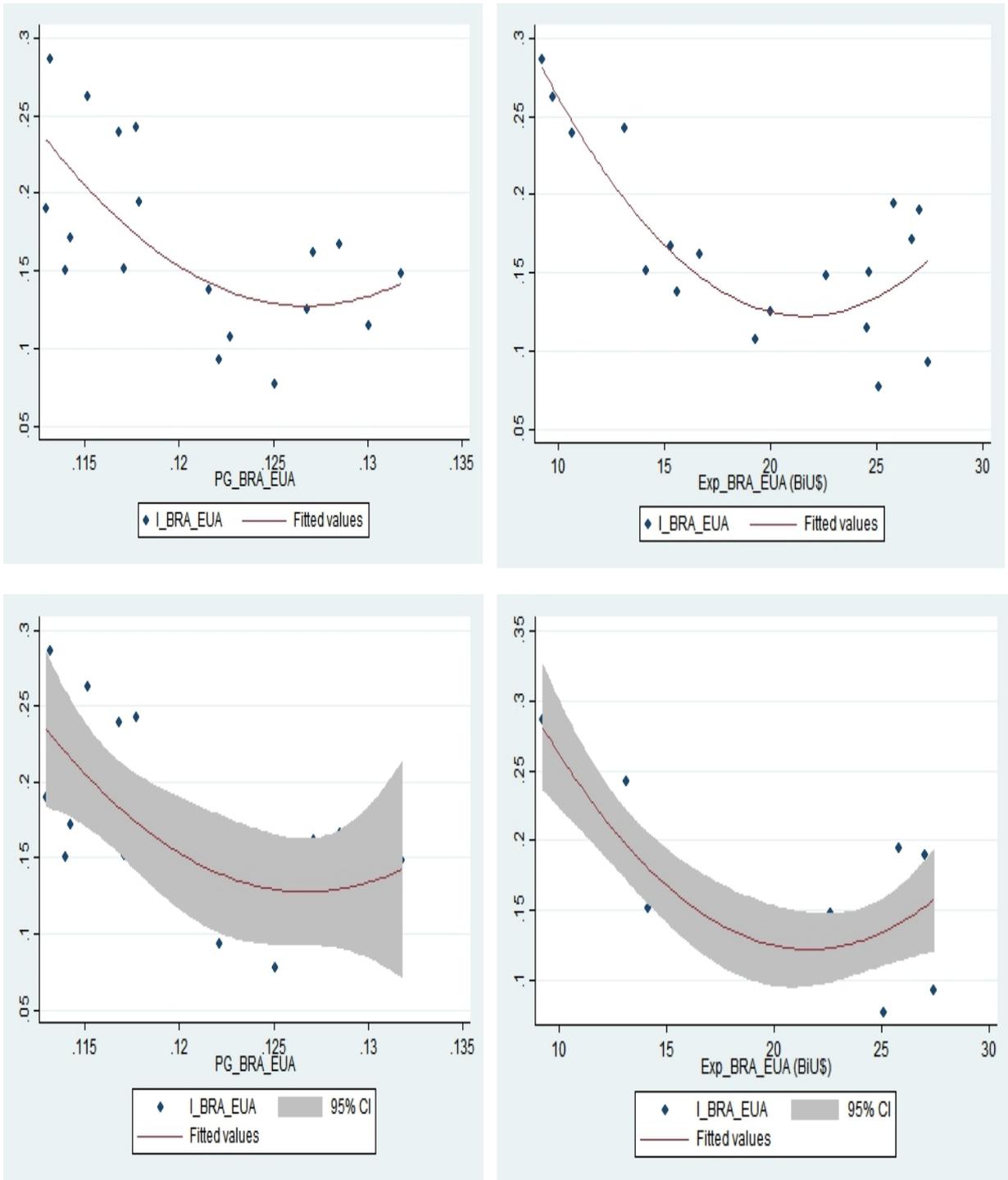
APÊNDICE A – CURVAS DE CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES

Figura 15 – Curvas das variáveis exportações e importações de Brasil e China correlacionadas com a variável dependente, retirados do software STATA 13.1



Fonte: autoria própria, 2020.

Figura 16 – Curvas das variáveis power gap e exportações entre Brasil e EUA correlacionadas com a variável dependente, retirados do software STATA 13.1



Fonte: autoria própria, 2020.